

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 33ª
(TRIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 25 DE ABRIL DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Não se verificando *quorum* para início dos trabalhos, conforme disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno, suspenderei a sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h03min, a sessão é reaberta às 15h17min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		2

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta tribuna e quero falar, mais uma vez, da situação caótica vivida pela classe trabalhadora brasileira, nesse verdadeiro assalto que está sendo feito aos trabalhadores deste País com essa maldita reforma trabalhista, que é um verdadeiro crime de lesa-pátria.

A Consolidação das Leis do Trabalho existe há 73 anos. Na verdade, foi a consolidação de toda a legislação que existia até à época, desde o Império, e o Presidente Getúlio Vargas teve a coragem de enfrentar os poderosos da época e consolidar tudo em uma única lei. Agora essa rapaziada aí, que não teve voto, não tem legitimidade nenhuma, quer reformar a CLT, mas quer fazer da pior maneira, quer tomar o direito dos trabalhadores na mão grande!

Eu estava lendo um trecho do relatório. Hoje, quando o trabalhador é demitido, não pode ser contratado outro com um salário menor, mas a reforma é tão absurda que ela vai permitir que um trabalhador que ganhe 2 mil reais seja demitido e ele mesmo seja contratado por mil reais. Portanto, o trabalhador vai demitido e, em seguida, é readmitido tendo uma redução de 50% em seu salário; e vêm esses desalmados, bando de canalhas, dizerem que isso é para gerar emprego. O período que mais se gerou emprego neste País foi na época do Juscelino Kubitschek e na do Lula, e a legislação trabalhista era a mesma.

O que precisa é haver uma política de desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda; é isso o que faz a economia crescer. É isto que gera emprego: Incentivar o consumo interno, dar poder para que as pessoas comprem, incentivar a indústria nacional a fabricar aqui para não ficarmos importando de fora. Portanto, eu espero, efetivamente, que agora no dia 28 quando está programada uma greve geral no Brasil, já tem decisão de parar desde aviões até o transporte coletivo, paremos tudo para mostrar para o Temer que está na hora de ele sair. Ele nem sequer deveria ter assumido, muito menos ficar. Espero que a classe trabalhadora brasileira participe efetivamente dessa greve para a gente abreviar o mandato dessa quadrilha que tomou de assalto o Palácio do Planalto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acabo de receber uma notícia veiculada na rede social, postada no dia 25 de abril, às 13h. Eu chamo a atenção do Deputado Agaciel Maia, porque essa

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

notícia traz uma presença grande na cidade do Gama: "O Governo do Distrito Federal acaba de fechar o pronto socorro do Gama por superlotação".

Eu não sei o que é pior, Sr. Presidente. O governo que fecha uma unidade que pode ter problema por superlotação, sabendo que pronto-socorro normalmente é procurado por quem, de fato, está em situação grave, de risco, para facilitar a administração. Eu, sinceramente, estou perplexo.

Deputado Wellington Luiz, se me permite, eu sou Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura e V.Exa. ainda preside a nossa CPI, que façamos uma visita, convido o Presidente desta Casa, em caráter emergencial, ao Secretário de Saúde para ver por que essa decisão ocorreu. Se é alguma coisa associada a infecção, alguma situação grave de perda de controle ou se é uma medida meramente administrativa para evitar gente, pessoas que estão morrendo, pessoas que estão sofrendo.

Aí, veríamos os Deputados que querem ir lá conversar com ele, mas teríamos de ir hoje. Teríamos de ir hoje! Eu faço um apelo a V.Exa. na condição de Vice-Presidente desta Casa e Presidente da CPI. Eu sou Presidente de uma comissão aqui da Casa que inclui a área de saúde – nós não estamos ocupando esses cargos de araque. Eu faço esse apelo para que V.Exa. peça a presença do Presidente da Casa para irmos lá conversar com o secretário para ver o que ocasionou o fechamento do pronto-socorro de uma das mais importantes cidades do Distrito Federal. Talvez o Gama perca para Ceilândia e Taguatinga sob o ponto de vista populacional, mas ela é uma das maiores cidades que nós temos. É gravíssimo o cenário que a Secretaria de Saúde está apontando para nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, V.Exa. tem toda a razão. Mais uma vez o governo nos surpreende de forma negativa. V.Exa., Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura e eu Vice-Presidente desta Casa e Presidente da CPI da Saúde; V.Exa. bem pontuou esses papéis. Vou aguardar o Líder de Governo chegar para que ele faça contato imediato com o Secretário de Saúde e solicite essa reunião. Se for o caso, a gente sai da sessão e vai até ele para que dê uma explicação. Caso isso não aconteça, Deputado, que a gente faça um requerimento que seja aprovado nesta sessão para que ele dê explicações. Não tem sentido! Eles não podem sujeitar a população a tanto sofrimento. Não é possível! Não há nada que justifique. Se há uma superlotação, tem que se criar meios para poder atendê-la. Quer dizer que quando um paciente chega lá doente, eles fazem é matar para acabar o sofrimento? É bom que as pessoas tenham medo desse governo mesmo.

De antemão, quero parabenizar V.Exa. por ter apresentado um requerimento com relação ao pedido de retirada de urgência do Projeto de Lei nº 106 e à apresentação de audiência pública também. Durante o final de semana, eu fui bombardeado no WhatsApp pelos servidores públicos – acredito que V.Exa. também.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

O governo sempre faz isso. Novamente, sem conversar com ninguém, quer votar sem falar com os servidores públicos, que é quem mais interessa, atropelando tudo e todos.

V.Exa., mais uma vez, está demonstrando compromisso com os servidores públicos, com a coisa pública, se antecipou. Já assinei o requerimento. Eu gostaria de pedir que os demais colegas assinassem também porque não há necessidade de aprovar esse projeto de forma açodada, sem uma devida discussão, como bem adiantou V.Exa., apresentando os devidos requerimentos. Vamos aguardar que o Líder do Governo, que os próprios Deputados ligados a esse governo possam buscar junto ao secretário uma reunião, e que a gente encontre resposta para mais essa insanidade provocada por este governo.

Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco União por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz hoje à tribuna desta Casa é apenas para dar uma explicação, Deputado Chico Vigilante. Neste mandato, sabemos que as emendas de Parlamentares – que é um instrumento previsto na Lei Orgânica, que é um percentual que todos os Parlamentares, não só no Brasil, mas no mundo todo recebem – são apenas uma indicação. Toda responsabilidade pela fiscalização e execução é do Poder Executivo. Mas as emendas para a cultura – sabemos que a parte de cultura em Brasília é muito forte – vêm, há muito tempo, dando problemas para os Deputados porque determinada comunidade pede emenda na área de cultura, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Parlamentar atende, e depois ele se vê às voltas com denúncias sobre aquela emenda destinada e, às vezes, vê seu nome estampado nos jornais.

Ora, neste mandato, tendo em vista essa sequência de problemas que vinham dando, eu resolvi abolir qualquer destinação de recursos para a área de cultura. Mas, ser político hoje é como estar andando no meio do morro. De vez em quando, você recebe uma bala perdida, não sabe de onde vem e depois tem que tentar se inteirar e explicar. Hoje eu fui surpreendido. Saiu uma matéria dizendo que eu tinha feito uma destinação de recursos para uma festa em São Sebastião, em 2011. Ora, 2011 foi o primeiro ano do meu primeiro mandato. Eu não sabia, não me lembro disso, não estava lembrado desta destinação, mesmo porque eu já tinha tomado consciência de que não colocaria mais, e não coloquei nesse mandato nenhum recurso para a cultura, não porque não acho que a cultura seja importante – é tão importante quanto qualquer outra política pública –, mas é porque você hoje corre muito mais risco, ao colocar alguma emenda para a cultura, de responder a algum processo do que trazer o benefício de atender ao movimento cultural da cidade para realizar qualquer evento.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Contudo, para minha surpresa, quando eu cheguei à Câmara, chegou junto um requerimento do próprio Ministério Público perguntando à Presidência da Câmara de quem era a emenda – depois de já estar noticiado que era uma emenda minha. Para minha surpresa, a emenda não é minha, Deputado Wasny de Roure. A emenda, publicada hoje e atribuída a mim, não é minha.

Então, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é como eu disse: é difícil. Por exemplo, mesmo eu precisando dela, eu aboli a verba indenizatória. Por quê? Porque você está sujeito a qualquer tipo de interpretação. Daqui a pouco, eu acho que vai ter que acabar, apesar de ser constitucional, a emenda de Deputado, porque a destinação de qualquer emenda de Deputado é um processo pelo qual você vai responder futuramente, seja você autor ou não da emenda.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu vivenciei uma experiência – não posso dizer semelhante porque não envolvia emenda – do ponto de vista da imagem da Câmara. Recebi uma denúncia sobre um convite – que, inclusive, cheguei a pagar do meu bolso – para discutir a regularização do Setor Primavera. Entendeu a pessoa que eu estava exorbitando em utilizar a minha função de Parlamentar para debater um assunto que, inclusive, é matéria de iniciativa do Poder Executivo.

Essa criminalização da atividade Parlamentar, nós precisamos aprofundar nesse debate. Nós precisamos discutir isso, porque algo estranho está acontecendo. As pessoas – os Parlamentares, em particular – que dependem da credibilidade de seus nomes, de repente, são projetados pelos órgãos de controle no sentido de debilitar, enfraquecer, corroer suas imagens, e isso é extremamente perverso com pessoas que têm a conduta inatacável, os procedimentos corretos.

Eu acredito que, neste caso, Deputado Agaciel Maia, eu recorrerá à Mesa Diretora desta Casa para um diálogo com o Ministério Público para entender a situação.

Em uma certa ocasião, quando Deputada Celina Leão era Presidente, ela promoveu uma vinda do Dr. Bessa – acho que V.Exa. estava na reunião. Esse tipo de coisa tem que ser conversada; tem que ser identificado, de fato, em que tipo de infração o Parlamentar incorreu, pois a gente é surpreendido. É uma coisa impressionante, a gente é surpreendido!

Eu creio que a Mesa Diretora, assessorada pela nossa Procuradoria, poderia decifrar esse tipo de relação, porque, senão, é melhor acabar com essa história de emenda para evento. Vamos acabar, então, com as emendas para eventos. Elas só valerão para determinadas coisas que entenderem sejam corretas, porque eu recebo vários pedidos para esse fim, etc.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

Então, acho que a gente tem que aprofundar debate, Deputado Agaciel Maia. É até bom – bom, assim, modo de dizer – que V.Exa. seja Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pois é por onde essas emendas passam. Nós precisamos aprofundar nisso. Nós não podemos ficar quietos com uma situação dessas, não, porque ficamos apostando quando ocorrerá com este ou aquele colega. Não entendo isso. A Casa tem que se apropriar do procedimento que resguarde os seus Parlamentares. Portanto, a Câmara tem que ter uma posição coletiva acerca desses procedimentos. Não dá para a gente continuar vendo nome de colega sendo criminalizado e aí posteriormente ele vier a responder processo. E não é só o seu nome que aparece. Apareceram outros aí que não cabe aqui nem estar citando porque é ruim para a Casa, para os colegas. Eu acho que existe alguma coisa sobre a qual a Câmara tem que se debruçar para evitar isso, ou conclua: não é possível fazer emendas para eventos. Pronto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte de V.Exa., mas quero informar que já há muito tempo que eu aboli destinação de emendas para evento exatamente temeroso com esse tipo de coisa. Mas agora ninguém... Você tem que acatar, se inteirar, se informar e responder. Eu apenas vim à tribuna hoje para dizer que a emenda de que trata a matéria vinculada hoje não é de minha autoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Convido o nobre Deputado Delmasso.

Deputado, se puder ser pela Liderança do Governo, eu até agradeço a V.Exa. Primeiro, para dar agilidade aos comunicados e depois para que V.Exa. possa falar sobre o que – eu já adiantei – o Deputado Wasny de Roure nos solicitou. E eu também me somo ao pedido do Deputado Wasny de Roure com relação ao caso do Hospital do Gama, pois ele nos informou aqui que houve fechamento daquele hospital. Eu tenho certeza de que V.Exa., com cuidado, com o zelo de sempre, vai nos trazer alguma informação. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores que estão aqui presentes, venho a esta tribuna, primeiro, Deputado Wellington Luiz, já respondendo ao Deputado Wasny de Roure, que, no início deste comunicado, nos informou sobre o fechamento do pronto-socorro do Hospital do Gama.

Acabei de falar com o Secretário de Saúde. A informação que me foi passada, e aqui eu quero transmitir a V.Exa. e a todos aqueles que estão nos ouvindo, é que houve o fechamento da pediatria do Hospital do Gama devido à seguinte situação: Deputado Wellington Luiz, o Governo do Distrito Federal, no início do ano, abriu um concurso para contratação temporária, Deputado Wasny de Roure,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

de médicos pediatras num total de 107 vagas temporárias. Somente foram aprovados 56. Todos esses 56 foram convocados e, desses 56, Deputado Wasny de Roure, 22 tomaram posse. Dos 22 que tomaram posse, todos eles foram encaminhados ao Hospital do Gama. Logo após, passada uma semana de trabalho no Hospital do Gama, dos 22 que tomaram posse, 18 pediram exoneração. Sobraram, então, Deputado Ricardo Vale, somente quatro médicos pediatras para atender quando foi reaberta a pediatria do Hospital do Gama, que, no ano passado, também tinha sido fechada, e os atendimentos transferidos para o HMIB.

Então, o que nós queremos demonstrar é que o Governo do Distrito Federal fez o concurso temporário. Por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele só pode fazer contratações e substituições no caso de vacância ou pedido de exoneração do próprio servidor. Neste caso, foi feito o concurso temporário, autorizado pela Justiça, para atender a demanda de 107 médicos pediatras. Desse 107, 56 somente passaram no concurso. Todos eles foram convocados para assumir sua lotação no Gama. Desse 56, somente 22, Deputado Agaciel Maia, tomaram posse. Dos 22 que tomaram posse, uma semana de trabalho depois, 18 pediram exoneração.

A informação que o Secretário me repassou é que emergencialmente, Deputado Wasny de Roure, eles abriram o que chamamos de enfermaria de atendimento, e estão fazendo a distribuição do atendimento da pediatria para outros hospitais da rede.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, eu baseei minha colocação na notícia de que foi o pronto-socorro. Quanto à essa questão da pediatria do Gama, nós inclusive estivemos na Secretaria de Saúde e conversamos com eles. Existe uma modalidade de contratação direta de médicos, monitorada pelo Ministério Público. De fato, lá havia um grupo muito pequeno de médicos pediatras, eles tinham essa falta. Se na realidade não é o pronto-socorro, é apenas a pediatria, diga-se de passagem, que eles estavam com aquela discussão se usariam a pediatria de Santa Maria. Lá também, em Santa Maria, havia sido fechada, e parece-me que continua fechada.

Existe alguma coisa muito estranha, e o modelo que nós temos de contratação não responde mais. Portanto, existe algo que precisa ser enfrentado. Se cinquenta e poucos médicos concursados, aprovados, ficaram pelo saldo remanescente de apenas quatro, isso demonstra a ineficiência desse procedimento. Os órgãos de controle que acompanham vão dar graus de liberdade para que o Secretário faça a contratação direta, contratação temporária, com salários inclusive mais atrativos, para poder colocar em funcionamento. O Ministério Público tem plenas condições de respaldar isso. Tenho certeza de que a Promotoria da Saúde não vai aceitar o fechamento da pediatria. Neste caso, até peço desculpas se não é a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

pediatria. Lamento que a imprensa tenha cometido um equívoco. Mas, de toda maneira, deixa-nos apreensivos.

Deputado Delmasso, V.Exa. tem conhecimento, pois é uma pessoa que frequenta o Gama e sabe que o Gama não é o Cruzeiro. No Cruzeiro você fica próximo a outros hospitais. Então, nós temos que levar isso em conta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Wasny de Roure, não é menos grave, não. A pediatria é o local que recebe nossas crianças. É extremamente grave.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, eu estou falando o seguinte: seja um, seja outro, é tão grave quanto. Até porque, no caso da pediatria, é um pouco mais grave porque lida com a vulnerabilidade da criança. É algo apreensivo o que estamos vivendo, e pelo menos reflete um cenário de dificuldade da gestão. Demonstra que novos procedimentos precisam ser adotados, com a cobertura do Ministério Público.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – É verdade, Deputado Wasny de Roure. Acolho o aparte de V.Exa. em nosso discurso.

Para encerrar, quero citar que ontem o Secretário de Saúde esteve na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Casa, da qual sou Presidente, apresentando, Deputado Wellington Luiz, o relatório de gestão do último quadrimestre do ano passado com base numa lei complementar, a lei que estabelece a execução do Sistema Único de Saúde. Ela determina que os gestores de saúde precisam apresentar os relatórios de gestão, a prestação de contas dos quadrimestres na Casa Legislativa.

Ontem o Secretário de Saúde esteve aqui, Deputado Wellington Luiz, e o que nos espantou muito – na realidade, a gente sempre tem levantado isso – foi a diminuição, Deputado Wasny de Roure – V.Exa. sempre discute sobre isso, e toda vez fala principalmente sobre a questão do superávit do Fundo Constitucional –, eu quero fazer uma ressalva sobre a diminuição dos recursos da área de saúde de 2013 até o ano de 2016.

Do ano de 2013 até 2016, o melhor ano em termos de orçamento – estou falando do orçamento global, não do Fundo Constitucional – foi o ano de 2014. De lá para cá, houve um decréscimo orçamentário que foi apresentado no relatório de gestão. O relatório, inclusive, está disponível no *site* da comissão.

Houve um decréscimo na ordem de 120 milhões de reais. Isso em todas as rubricas, não só no Fundo Constitucional, mas também no repasse feito pelo próprio Governo do Distrito Federal. O governo tem cumprido a meta mínima, que é aplicar 12% dos recursos de impostos estaduais e 15% dos recursos de impostos municipais. No total, cerca de 13% da Receita Corrente Líquida. Durante todos os

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

anos, de 2013 para cá, o governo tem cumprido o que está estabelecido na Lei Orgânica.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Isso. Tem executado muito mais do que tem autorizado. Justamente.

O governo tem colocado também uma questão bem interessante, que é o gasto com a folha de pessoal. Segundo informação do Secretário, o orçamento para pagamento de pessoal – não estou dizendo o que está autorizado, mas o que é necessário – é em torno de cinco bilhões e cem milhões, mais ou menos isso. No orçamento que nós aprovamos, foram autorizados três bilhões e seiscentos. Já existe um déficit, vamos ter que fazer uma recomposição orçamentária, como todo ano fazemos.

Deputado Wasny de Roure, eu gostaria de chamar a atenção para isto: no câmputo geral, de cada dez reais investidos na saúde, oito reais são destinados para pagamento de pessoal. A saída é diminuir a contratação de pessoal? Não. Saúde se faz com pessoas, não se faz com prédios. Deputado Wellington Luiz, Deputado Wasny de Roure, V.Exas. são membros da CPI. Eu acredito que precisamos fazer nesta Casa uma discussão para talvez aumentar a participação dos impostos estaduais e municipais do Distrito Federal no orçamento da saúde, e não só utilizar como base aquilo que é estabelecido na Emenda Constitucional nº 29. Na minha avaliação, é a única saída. Perdão, não é no orçamento, mas na aplicação do recurso, na arrecadação em si.

Vamos diminuir pessoal? Acabamos de ver aqui um caso concreto: a falta de pessoal levou ao fechamento de um atendimento essencial à população, que é o atendimento de pediatria. Na minha avaliação, esta Casa precisa discutir essencialmente, e fazer um debate mais denso e técnico sobre o aumento dessa proporção. Hoje o GDF investe 16,6% da sua arrecadação na área de saúde. É necessário aumentar essa participação para que possamos dar uma solução à área da saúde. Na minha avaliação, esse é um dos pontos.

Outra coisa que defendo, e não tenho medo de defender, é uma posição que tenho, alguns podem ser contra: precisamos avançar em novos modelos de gestão na saúde. Uma coisa que defendo é um Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para a área da saúde. Não adianta tratarmos a compra de medicamento, Deputado Wellington Luiz, como a compra de um saco de cimento. Não podemos tratar a compra de um insumo importante para fazer uma cirurgia, da mesma forma que se compra uma cadeira para um escritório. O procedimento é o mesmo.

Então, uma das novas formas de gestão que defendo é a criação – precisamos discutir isso – de um Regime Diferenciado de Contratações para a área da saúde. Muitas pessoas chegam a mim e dizem: “Deputado Delmasso, isso vai facilitar a corrupção”. Com todas as amarras, com todas as precauções, não existe

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

corrupção? Será que vamos utilizar as nossas ações somente com base nos maus exemplos? Por que não utilizar os bons exemplos? Eu vejo que o Congresso Nacional recentemente discutiu o RDC, Deputado Prof. Reginaldo Veras, da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Por que não discutirmos aqui a implantação de um Regime Diferenciado de Contratação para a área da saúde?

A vida não pode ser tratada como uma coisa, não podemos tratar as pessoas como coisas. As coisas são importantes, mas sem as pessoas as coisas não existem. Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso. Agradeço as explicações e os esclarecimentos.

Eu quero registrar e agradecer a presença do meu amigo Marcos Maurício, Presidente da Federação Nordestina de Policiais Cíveis e Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis da Bahia.

Seja muito bem-vindo, Marcos. É um prazer enorme estar contigo.

Meu amigo e companheiro Divinato da Consolação, Presidente da Feipol Centro-Oeste, muito obrigado pela presença mais uma vez aqui conosco.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel Batista.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA.) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todas e a todos. Quero saudar meus companheiras e companheiros e todos os presentes.

Quero, mais uma vez, mostrar a minha indignação com este governo e dizer que não me surpreendo com a cara de pau do Governador, não, Deputada Celina Leão. Deputada, vou contar o que aconteceu: nesse final de semana, eu estava em viagem e recebi a ligação de um policial militar que estava indignado, porque, depois de ter participado, Deputado Agaciel Maia, de um tiroteio na área da Asa Norte, ele disse que não admitia ver, em reportagens, o Governador receber o prêmio da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas, na Espanha, gastando dinheiro público.

É muita cara de pau! Se fosse eu, eu negava, porque, enquanto o sangue dos inocentes é derramado da Capital da República, o Governador tem a cara de pau... Vamos pegar os números para não dizerem que somos nós da Oposição que estamos inventando. Primeiro, vou me dirigir às mulheres, que estão mais vulneráveis hoje. Sabe o quanto aumentou o número de estupros? Vinte e um por cento! Esse é aumento no número de estupros. Enquanto isso, o Governador – pasmem! – está recebendo prêmio. Daqui a pouco, será o Prêmio Nobel da Paz. Só se for o da cara de pau! Não é possível: como é que o Governador tem a coragem de receber isso? Pior, quem tem a coragem de dar esse prêmio a ele?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

Poderíamos convidar o Sr. Governador e quem deu esse prêmio a ele para passearem pelas ruas de Brasília. Poderiam fazer isso, mas sem seguranças. Deveriam guardar seus seguranças em casa e começar a andar pelos túneis que cortam o Eixão, porque, por cima, não se pode andar, pois não se podem colocar passarelas, porque ferem o patrimônio histórico. Então, vamos andar pelos túneis subterrâneos para vermos o que acontece. Vamos sair pelas periferias junto com os cobradores e motoristas, que saem às 4h da manhã, ou com os garçons, que saem às 2h da manhã do trabalho, para vermos se alguém tem coragem de dar esse prêmio ao Governador.

Por isso mesmo, Deputada Luzia de Paula, é que o Governador tem de ir receber esse prêmio na Espanha, porque, aqui no Brasil, Deputada Celina Leão, ninguém teria coragem de dar. Quem é que daria um prêmio? É só olhar os números. Nós estamos vendo. Alguém vai dizer: "Deputado, por que V.Exa. fala do número de homicídios, que caiu?" Caiu? Eu vou me reportar a colegas policiais aqui: só se fôssemos otários! Sabem por quê? Está aqui o Marquinho, que conhece bem isso. Sabe o que eles estão fazendo, Marquinho? Estão colocando o número de homicídios, mas não estão incluindo as lesões corporais que depois viram homicídios. Ai é mole! Ai é fácil, André! Ai é fácil, Divinato! Nós estivemos na rua e nós sabemos como funciona isso.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. participou do tiroteio. V.Exa. sabe como é que funciona a polícia. V.Exa. escapou por pouco: quatro tiros na orelha, mordida de cachorro, porrada em cavalo e o cacete. Mas olha só como é que funciona o negócio, Deputado Agaciel Maia. Ai, é mole. O cara leva um tiro, vai para um hospital. Então, é lesão corporal, tentativa de homicídio. Ele morre depois, e esse número não é computado. Ai cai. Estatística mentirosa, enganosa! É a isso que o Governador está submetendo o povo!

Então, volto a dizer: só lhe dá esse prêmio, Governador, quem não lhe conhece; só lhe dá esse prêmio quem não conhece Brasília. Já que é tão tranquila, vamos andar em Brasília! Quero ver quem tem coragem! Eu não tenho coragem de submeter minha família às periferias de Brasília. Ninguém tem coragem! Ninguém tem coragem, para falar a verdade. As pessoas se submetem porque não têm opção. E nós sabemos disso. Nós sabemos disso! Deputada Telma Rufino, V.Exa., que vive nas camadas mais carentes, que trabalha com os mais pobres, sabe disso. Olhe os albergues. Dê uma olhada em quem está próximo dos albergues. Cambada de bandidos disfarçados de carentes! V.Exa. sabe bem disso. Estão lá rodeando. Carente é uma coisa. Albergado é outra, coisa bem diferente. Os albergados têm que ser tratados como merecem. Esta cidade está cheia de pessoas carentes, mas há um monte de bandidos lá escondidos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wellington Luiz, primeiro, eu queria parabenizar V.Exa. por trazer esse tema ao plenário desta Casa.

Eu quero fazer uma colocação aqui como Procuradora da Mulher. Eu e a Deputada Telma Rufino discutimos isso. A Deputada Telma Rufino é nossa Vice. Eu dizia para S.Exa. que eu fiquei abismada não só com os índices, mas com a fala do Secretário de Segurança Pública, que deixou não só a mim, como mulher, mas a sociedade do Distrito Federal muito pasma e perplexa com a colocação dele. Ele disse que o crime de estupro cresceu porque as mulheres resolveram registrar ocorrência. Com qual fundamento o Secretário de Segurança Pública afirmou isso? Qual é a pesquisa técnica que traz isso a ele? Cresceu porque cresceu. É claro que pode ter aumentado 2%, 3%, 4%, 5%, mas não ter crescido 20% porque agora as mulheres resolveram registrar ocorrência. Isso é não enfrentar esse tema, que precisamos enfrentar.

Então, eu acho que deixa muito a desejar. Inclusive eu estou fazendo um requerimento de informações, junto com a Deputada Telma Rufino, com todos os Deputados também que quiserem assinar conosco, perguntando em qual índice ele se baseou para dar uma declaração dessa, porque mostra que não está preparado para tratar deste tema especificamente: da violência contra a mulher, do estupro, que é um crime bárbaro. Ele tem que enfrentar isto: "Realmente, têm aumentado os índices, mas é isso que a Secretaria vai fazer, a Secretaria tem tomado essa e essa atitude." Sabemos que crimes como esse são coibidos com a melhora da iluminação pública, que é um dos fatores, sim, que constam em qualquer pesquisa para o aumento do crime de estupro, como com políticas públicas, como com outras questões sociais, que devem ser abarcadas por outras secretarias. Mas a fala realmente deixou muito a desejar de quem acabou de chegar ao governo. Temos uma expectativa positiva, porque todo mundo quer que esta cidade funcione, mas eu fiquei realmente perplexa com a colocação do Secretário de Segurança Pública de que as mulheres agora resolveram registrar ocorrência.

Então, eu estou pegando um gancho na fala de V.Exa. colocando essa situação específica das mulheres. Não acreditamos nessa teoria. Acreditamos que há, sim, um desvio dessa questão da segurança pública nesse tema específico das mulheres. São vários os índices que precisam de ser melhorados, como já colocamos aqui, seja de melhoramento da iluminação pública, seja de policiamento ostensivo, seja de valorização da Polícia Civil, que faz um trabalho investigativo. Então, isso demonstra que o Estado, no momento, não está preparado para enfrentar esse tema, que é tão bárbaro, que ofende as mulheres e mexe tanto com a vida delas.

Então, eu quero fazer esse registro aqui, Deputado Wellington Luiz. Eu estava fazendo, inclusive, uma moção de repúdio a essa fala, uma fala altamente desqualificada sobre um tema tão importante como esse.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

Obrigada.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É de quem não conhece segurança pública no Distrito Federal, Deputada.

Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Deputado, sempre falo nesta Casa e todo mundo me critica. Enquanto não houver um projeto, é porque eu não estou lá na Federal. Fazer um projeto de lei realmente para cortar a parte íntima, mesmo. Isso tem que acontecer. Violentou uma mulher, mete a faca. O povo fica com dó. É isso, mesmo. A cada ano que passa, está é crescendo o número de vítimas. Isso é um absurdo. Daqui a pouco, estaremos morando onde? Vão achar que são os países árabes lá.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Direitos humanos. Comissão de Direitos Humanos.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Jogam pedra na mulher, batem, fazem o que querem, e ninguém fala nada. Os direitos humanos – perdoem-me – são só para os humanos. Aí, eu vou igual ao Dr. Michel: resolve o quê, Deputado? Não nos adianta nada ficarmos falando aqui. Tem é que começar a descer a porrada e o cacete, mesmo. Entendeu? Violentou a mulher? Pegam o cara, botam dentro da cadeia. Aí ele tem direito a advogado, a um monte de benefícios.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Nutricionista.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Nutricionista! É um absurdo. Enquanto isso, um pobre lascado, miserável, que está do lado de fora, não tem direito a nada disso. Nesses dias, eu estava conversando com uma pessoa que trabalha no presídio, e ele estava falando que um presidiário dá uma despesa de mais de R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Que mil, Deputada? São quase três mil.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Então, isso é um absurdo! Aí todo mundo passa a mão na cabeça. É o coitadinho. Eu costumo dizer o seguinte: o coitadinho... Esperem a hora em que um desse entra na casa de um pai de família! Ele fala um monte de coisa, violenta, bate, mata. Isso é um absurdo, mesmo!

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputada, se for para a cela do negão lá da Papuda, o policial ainda responde. Se o negão for para lá "dar um cuidado", que é especial, o policial responde.

DEPUTADA TELMA RUFINO – O senhor está com muito cuidado. Eu não tenho papa na língua. Tem é que meter o ferro, mesmo, quando cair lá dentro.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É isso aí. Eu também concordo, Deputada.

Agradeço o aparte da Deputada Telma Rufino e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado, V.Exa. está trazendo um debate. Não sei se V.Exa. viu o segundo editorial da *Folha de S. Paulo* de ontem, que mostra a avaliação do projeto Pacto pela Vida no Estado de Pernambuco. Foi um pacto firmado quando Eduardo Campos, do PSB, governador, pessoalmente, coordenava esse projeto. Houve um desempenho significativo na queda de homicídios e de crimes no estado como um todo.

O editorialista do jornal estava estarelecido com o crescimento da criminalidade e com o fato de esse projeto não ter sido um engodo, por não ter aumentado o número de espaços nos presídios. O governo retirou... Porque lá os policiais tinham certos bônus em função de determinadas disciplinas, de conquistas no exercício da atividade profissional, como bônus meritório da atividade.

Então, o resultado desse projeto – importado, inclusive, para o Distrito Federal –, quem melhor pode dizer nem sou eu, porque eu não entendo da área de segurança. Mas a própria *Folha de S. Paulo*, em um dos seus editoriais do dia de ontem – quem quiser leia lá –, demonstra o crescimento, a retomada dos números astronômicos do crime no Estado de Pernambuco, tão bem dirigido pelo PSB.

Inclusive, o projeto tem o mesmo nome aqui: Pacto pela Vida. Não me parece que seja esse o termo adequado, face ao crescimento do número de crimes naquele estado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado, quero parabenizar V.Exa., que é um profundo conhecedor de política de segurança e representa tão bem a corporação da Polícia Civil.

Sempre que fazemos uma análise fechada, de um ângulo fechado, sobre determinada política pública – nesse caso, a de segurança –, enfocamos os principais problemas que estamos vivendo, que a nossa cidade vive.

Agora, o que estamos constatando, Deputado Wellington Luiz – digo isso porque tenho uma vinculação grande com algumas unidades, como a Paraíba, o Rio Grande do Norte, que frequento constantemente, por questões familiares –, é que,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		15

quando comparamos o que se vê nesses estados com o que se vê no Distrito Federal, percebe-se que o quadro no País é complicado. Nós estamos vivendo um processo histórico – o Deputado Prof. Israel entende isto melhor que a gente –, porque as políticas públicas estão praticamente todas falidas, sejam as de segurança ou as de habitação. Isso não é apenas no Distrito Federal, mas em todo o País. Estamos caminhando da decadência para a barbárie, porque estão se esgarçando os processos. Primeiro porque o pano de fundo que dá lastro a todas as políticas públicas é a política econômica. E a política econômica brasileira já vem sangrando. Pode-se até dizer que já há uma hemorragia. Os recursos públicos, as receitas, não dão para custear as despesas dos estados. Pode ser por falta de responsabilidade de alguns gestores, que fixaram despesas sem ter a contrapartida nas receitas.

O que estamos vendo é uma coisa preocupante. Vemos esse assalto agora no Sul, onde sempre havia um processo rigoroso. Há tiroteios nas ruas. Em Brasília, insegurança, aumento de indicadores sob todos os aspectos.

Mas acho que a Capital do Brasil – isso, estou falando para o Governador – precisa de uma atenção especial. Acho que temos de ter policiais civis e policiais militares bem remunerados. Não faz sentido uma Polícia Civil de Brasília ganhar menos que alguma polícia civil do Brasil, pelo corpo diplomático, pela quantidade de autoridades que temos. Mas o que estamos vendo é o processo econômico, as deficiências econômicas corroerem as estruturas, as instituições brasileiras. A preocupação é que a gente venha de um processo de decadência, em que já estamos, e passe para um processo de barbárie, sem que nunca este país consiga chegar a uma civilização.

Falar do Governador Rodrigo Rollemberg em um contexto fechado, acho que é passível de ele aceitar críticas. Ele recebeu um prêmio que é dado por uma associação Ibero Americana que não tem nada a ver com os avaliadores daqui. E eu acho que é correto. Ele tem que promover a cidade. Ele não vai lá fora para dizer que a cidade está um caos, que ninguém pode andar, senão vai acabar de matá-la, porque nenhum turista virá mais aqui. Ele está no papel dele, de receber o título, de divulgar a cidade. Mesmo porque, se compararmos Brasília a outras capitais do Brasil, em termos de indicadores, veremos que estamos ainda bastante avançados. Agora, é claro que, se tivéssemos alguma esperança de melhoria, seria melhor. É o que eu repito: tanto do processo institucional, seja pelo que acontece... E o Brasil ainda dá sorte. Aí, eu me refiro novamente ao Deputado Prof. Israel e ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque a colonização brasileira, diferentemente da colonização espanhola... Todas as crises são amortecidas dentro do Parlamento.

Quando se quer tirar um Presidente da República, toda a discussão é dentro do plenário, é dentro do Congresso Nacional, e as discussões sobre afastamento de governador ou coisa dessa natureza são feitas dentro da Câmara Legislativa em vez de estourar na população. Se a colonização brasileira fosse igual à colonização espanhola, nós já teríamos tido muitas guerras civis no Brasil.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

Mas em vez de enaltecer o papel do processo legislativo, das câmaras legislativas, que são os amortecedores de todas essas crises - e o pronunciamento de V.Exa. nesta tarde reflete exatamente isso -, temos de trazer a discussão para dentro desta Casa, temos de discutir soluções, propor, ouvir pessoas de ideologias diferentes, de formação econômica diferente, nascidas em regiões diferentes do Brasil, e tentar buscar soluções, porque quem é pano de fundo, quem sofre é a população mais pobre. Não tem ganhador nesse jogo. Não ganha governador, não ganha deputado distrital, não ganha deputado federal, não ganha senador, não ganha ninguém. O principal perdedor é a população.

O que precisamos fazer, e Brasília ainda é diferente, é unir os segmentos da sociedade, seja setor produtivo, setor de construção, todos os setores, e buscar com os Deputados, com o Executivo, com o Judiciário, com o Ministério Público, uma solução, uma equação que possa nos tirar dessa ladeira abaixo em que estamos. Se não podemos repor os policiais que se aposentam, se não temos condições de dar os salários que eles merecem, se não podemos comprar equipamentos - e polícia se faz com recursos humanos e com equipamentos -, se não temos nenhuma dessas condições, o que será de Brasília em cinco anos? Apostar no caos, ter esperança ou torcer pelo caos não é uma boa medida.

Então, quero enaltecer o discurso de V.Exa. exatamente porque chama a atenção para esse aspecto. Temos que discutir a política pública de segurança. Ninguém pode falar de indicador a, b ou c ou mostrar o bom e esconder o ruim. Nós temos é que nos unir, todos os segmentos desta cidade, que deram tudo aos pais, aos netos, aos filhos, para buscarmos solução. Caso contrário, se continuar esse processo de degradação, vamos entrar na barbárie já já, vai haver lugar em que gente não pode entrar.

Quero parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento. Mas muito mais importante, e não é só o contexto da crítica, é buscarmos soluções, é ajudarmos o governo, é ajudarmos a Polícia Civil, porque ajudando a Polícia Civil, ajudando o governo, nós estamos ajudando a todos nós. Se o governo perde, se a Polícia Civil perde, perdemos todos nós, não tem ganhador nesse jogo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado. Agradeço a V.Exa.

De fato, tem toda a razão. Só observo, Deputado, uma situação. Não há que se comparar o Distrito Federal com os outros Estados. Primeiro porque o Distrito Federal é um quadradinho, não há como comparar com a Bahia do nobre amigo Marcos Maurício. Não há. Primeiro pela quantidade de pessoas e do nível de violência. São extremos. Depois, Deputado, os recursos que são disponibilizados para o Distrito Federal: só o Fundo Constitucional talvez seja quase todo o orçamento de alguns Estados. Então, o que falta é gestão. E quando se fazem as críticas, e V.Exa. pontuou bem, é buscando soluções. O que nós não podemos realmente aceitar é que o governo receba e ainda comemore um título chamado Fórum Mundial da Paz, não

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

sei do quê, prêmio por cultura da paz, quando nós sabemos que essa paz não existe no Distrito Federal. Chamamos a atenção em razão disso.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Também não poderia deixar de cumprimentar V.Exa., Deputado Wellington Luiz, pelo tema tão importante.

Infelizmente, a violência no Distrito Federal só aumenta. A gente tem visto aí, inclusive banguê-banguê em plena W3 pela manhã, muitos assassinatos. Sou lá de Sobradinho e em Sobradinho II todos os dias duas ou três crianças são assassinadas, e a barbárie está em todo o Distrito Federal.

Evidentemente a crise econômica tem um reflexo sobre isso, mas o que me parece mais é a falta de políticas públicas mesmo. É preciso, além de equipar as polícias, além de equipar a Polícia Civil e a Polícia Militar do Distrito Federal, que também se criem políticas públicas no sentido de prevenção.

Desde que estou aqui na Câmara, tenho visto tantas leis boas que o Estado poderia estar fazendo, de um custo tão baixo, Deputado Agaciel Maia. Por exemplo a lei que aprovamos recentemente aqui que trabalha a questão do machismo desde a escola, para que a gente tenha uma geração futura que não seja tão violenta com a mulher, que não abuse tanto da mulher, que não cometa estupros como a gente tem visto atualmente. Então, o Governo já poderia estar implementando isso.

Outro projeto importante que também aprovamos aqui é o que faz o mapeamento de onde ocorre essa violência, o local, quem são, onde acontece mais, quem são as principais vítimas da violência do Distrito Federal. A própria Secretaria de Segurança Pública poderia já estar disponibilizando isso para a gente, para o próprio governo, para que o governo, evidentemente, identifique, através desse mapeamento, onde tem que agir, onde tem que colocar essas políticas públicas.

Eu percebo que não dá para gente culpar só a crise econômica. Ela tem reflexo também, mas a gente precisa, evidentemente, criar políticas públicas com inteligência, trabalhando na forma de prevenir, de reeducar a nossa população para diminuir esses índices tão bárbaros aqui no Distrito Federal.

Parabéns a V.Exa. Eu acho que realmente nós temos que aprofundar esse debate aqui nesta Casa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Eu acho que V.Exa. pontuou muito bem. Eu acho que é isso mesmo, que há políticas públicas que precisam...

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Wellington Luiz. Obrigado também ao Presidente desta sessão, Deputado Prof. Israel.

É um tema extremamente importante. V.Exa. está perfeito nas suas avaliações. Nós, hoje, temos aqui no Distrito Federal um quadro muito difícil no tocante à segurança pública. Principalmente, Deputado Wellington Luiz, porque a segurança pública não se resolve com ações instantâneas ou pontuais, é necessária uma série de ações para que a segurança pública ande, desde o ponto de vista da prevenção, de procedimentos e atribuições muito bem definidas, mas, principalmente pela valorização de quem faz a segurança pública. Isso é um ponto essencial. É importante haver políticas públicas, obviamente, não estamos questionando isso. É muito importante também haver prosseguimento, instrumentos legislativos bem definidos, atribuições, mas acima de tudo isso está a valorização do profissional que está na segurança pública, e não é um discurso que estamos fazendo simplesmente porque somos dessa corporação, os números estão aí, à prova.

Nos Estados onde nós não temos um investimento forte e a valorização do profissional a violência explode porque é a ponta do sistema. Isso tem que ser trabalhado de uma forma integrada, buscando sempre o equilíbrio entre as forças, entre as corporações. E o fato é que a segurança é uma das áreas de ação do Estado, talvez uma das poucas, que você não consegue terceirizar. Pouquíssimas pessoas conseguem ter segurança particular. Você, eu, a maioria da classe média consegue ter um plano de saúde, pagar uma escola particular para os filhos. Isso é corriqueiro. Agora, quem consegue a segurança privada? Por que é algo muito específico, muito forte, lida com a vida. E a segurança é ampla desde a segurança pessoal, segurança dos bens, dos familiares.

Então, o que se pede hoje, diante do que a gente viu acontecer no Espírito Santo, é que se valorizem os profissionais dessa área, e a valorização passa pelo reconhecimento da recomposição salarial, mas também pela dignidade que os policiais precisam ter, de bons equipamentos, de investimentos, de boas instalações, de não mexerem nos seus direitos como a gente está vendo nessa PEC maldita da previdência, que ataca os direitos dos policiais. Não só os dos policiais, mas também de outras forças de segurança também.

Então, o discurso de V.Exa. É muito bom, muito adequado. Acho que o Distrito Federal não está esse mar de rosas do ponto de vista da segurança, pelo contrário. Nós temos reduções em alguns crimes, mas isso é cíclico. Você vê que ora um determinado crime reduz-se, ora outro dispara, e assim por diante. Não existe uma estabilidade na segurança pública do Distrito Federal. E não existe por quê? Porque não temos essa atenção especial. Todas as forças estão trabalhando descontentes, todas as forças estão trabalhando desmotivadas. E essa desmotivação

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

passa por esse olhar do Estado de entender que quem efetivamente garante a segurança pública não é uma canetada, não é uma lei ou coisa semelhante. É, sim, o profissional que está lá na ponta.

Então, quero parabenizar V.Exa. Pelo discurso, por esse tema tão bem conduzido nesta tarde na sua fala nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Cláudio Abrantes e o incorporo ao meu pronunciamento.

É isso mesmo. Eu acho que, se não houver motivação e respeito a esse profissional, é difícil que se faça uma segurança digna. Então, é bom que o Governador reflita sobre isso.

E antes dessa reflexão, volto a convidá-lo, bem como os organizadores desse prêmio de cultura da paz e todos aqueles que discordam de mim e concordam com ele, a passearem por Brasília, seja pelo centro ou pela periferia, mas que abram mão dos seus seguranças. Que andem sozinhos, à noite, que acompanhem, volto a dizer, os cobradores, os garçons, aquelas pessoas que saem de madrugada, que voltam à noite, para saber se realmente terão segurança ou não. Aí poderemos dar um prêmio ao Sr. Governador para ele sair tão sorridente na foto como ele está aqui.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de pedir que seja incluído como item extra pauta, a pedido do nosso Presidente Deputado Joe Valle, o Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Meu Líder, desculpe-me estar falando isto em plenário, mas é o jeito, porque eu estou de saco cheio. Se eu pegar o telefone e ligar para aquele Secretário de Educação, eu vou falar um monte de desaforos para ele.

Eles continuam bloqueando os cantineiros, fechando tudo. Os diretores não estão deixando os cantineiros entrarem. Quer dizer, o Governador está lá; o Governador é o Governador dele, ou ele está pensando que é a casa da Mãe Joana? Quer dizer, vota, aprova, vem a plenário e faz sacanagem com o povo?

Desde o dia em que foi aprovada aqui a liberação dos cantineiros para começarem a trabalhar, os diretores estão fazendo isso. Então, ele não tem autonomia sobre a diretoria da escola.

Se eu ligar para ele, a coisa vai feder. Por favor, ajude-me.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelo Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os Parlamentares e membros da imprensa.

Quero, hoje, fazer um encaminhamento aqui, Deputado Delmasso, Deputado Agaciel Maia, direcionado ao Presidente Deputado Joe Valle e à Mesa Diretora desta Casa. O pedido é que os servidores possam participar das mobilizações que acontecerão contra as reformas da previdência e trabalhista e contra a lei da terceirização. Então, a minha proposta é que a Câmara Legislativa do Distrito Federal faça adesão a esse movimento e feche as portas 100% na sexta-feira para que todos os servidores possam ir.

O Brasil tem que parar, Deputado Delmasso. Não podemos permitir que, em defesa da diminuição de corte de gastos – que julgo até necessário e urgente –, em contrapartida, sejam retirados direitos trabalhistas conquistados por meio de lutas decadais. Temos que construir alternativas, e a alternativa, neste momento, se dá mesmo é por meio da pressão dos trabalhadores.

Eu, como educador, irei às ruas. Estarei lá na sexta-feira para defender interesses não apenas da minha categoria, como sempre faço, mas de toda a classe trabalhadora do Brasil, direitos esses que estão seriamente ameaçados.

Vale ressaltar aos Pares que, além dos professores de escolas públicas e privadas, grandes categorias de várias capitais já aprovaram a paralisação em assembleias, entre elas estão: metroviários, motoristas de transporte público, motoboys, bancários, metalúrgicos, petroleiros, funcionários dos Correios, da construção, do comércio e da saúde e – como bem disse o aqui o Deputado Chico Vigilante – inclusive pilotos, copilotos e comissários. Os ares e a terra irão parar no que se refere ao transporte.

É uma luta por manutenção de conquistas e direitos, uma luta para que possamos continuar oferecendo, no caso da educação, um ensino público e privado de qualidade e para que nossos alunos possam ter uma formação cidadã e plena. Trabalhador sem direito, sem garantia, não consegue ofertar uma educação cidadã e plena.

Quero aproveitar ainda para pedir ao SINEPE/DF – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, assim como fez o Sindicato dos Professores de Escolas Particulares, que apoie a luta contra as reformas da previdência e trabalhista.

Deputado Prof. Israel, que tem grandes amigos junto ao Sinepe, leve esse pedido em meu nome e em vosso nome, Deputado – que defende essa causa

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		21	

também – porque alguns diretores de escolas particulares estão ameaçando cortar o ponto dos professores que aderirem a esse movimento paredista pontual. Então, peço a V.Exa. que nos ajude defendendo essa causa. Exemplo disso, nessa linha, é que, solidários e conscientes, muitos pais – isso é importantíssimo – estão enviando bilhetes aos professores e diretores tanto de escolas públicas quanto de escolas particulares afirmando apoio à luta: que, para dar apoio, não enviarão seus filhos à escola na sexta-feira. Os pais ainda argumentam nesses bilhetes que é uma forma de educar politicamente os seus filhos e ensiná-los a lutar por direitos. São bilhetes muito bonitos que nos deixam emocionados no que se refere à luta.

O protesto do dia 28 pode ser a maior a mobilização de trabalhadores e de diversos setores da sociedade dos últimos 30 anos no Brasil. A última grande paralisação – Deputado Chico Vigilante vai se lembrar bem, votei em S.Exa. para deputado federal naquela ocasião – envolvendo diversas categorias ocorreu em 1986, lá no Governo Sarney, quando a gente foi à esplanada dos Ministérios lutar contra as draconianas reformas do Plano Cruzado, naquilo que ficou conhecido como movimento do Badernaço. V.Exa. tinha 6 anos, Deputado Delmasso, eu era um menino de 14 anos e estava junto com a minha irmã lá protestando contra o Plano Cruzado.

Então, senhores, findo dizendo que a Câmara Legislativa e seus servidores, sejam eles concursados, comissionados, seja lá o que for, não podem ficar alheios às decisões que definirão o rumo de nossas vidas e das futuras gerações.

Termino dizendo que o Gabinete 12, o 12 do PDT, o 12 de Leonel Brizola, irá aderir à greve, e o Gabinete 12 fechará na sexta-feira.

Muito obrigado, Deputado Prof. Israel.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Muito obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, assessoria da Casa, eu venho a esta tribuna na tarde de hoje trazer uma lamentável notícia. Foi decidido algo ontem, no parecer do Tribunal de Justiça, com relação à Lei Complementar nº 840, convencionalmente chamada de Código do Servidor Público, quanto ao seu art. 112, que trata da correção do auxílio-alimentação, que foi vedado em um voto proferido no conselho especial – houve arguição de inconstitucionalidade pelo Sr. Governador.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

Deputado Prof. Israel, Deputado Delmasso, base de apoio do governo, eu creio que é bom recapitular como os servidores chegaram a esse patamar que hoje não chega a 400 reais.

Em primeiro lugar, nós, como Deputados, temos de ter consciência sobre a discriminação no trato e no diferencial de valores. A questão da consciência é um primeiro fator que deve nos mover nesse momento a não nos silenciarmos. Em segundo lugar, o Governador Agnelo foi tão atacado, mas foi ele quem retirou a contrapartida do servidor público, que chegava até a 60%, Deputado Delmasso. A Lei Complementar nº 840, de 2011, previa que, a exemplo dos demais indicadores, inclusive de cobranças de serviços públicos, às quais o Governo do Distrito Federal tem acesso e que tem direito a fazer, ela não incidiria na questão do auxílio-alimentação para o servidor público.

Ora, é inegável a inflação; é inegável, Deputado Chico Leite. Nós não podemos nos silenciar, nos calar diante da afronta de um benefício que é modesto para o servidor público e ainda muito aquém do que deveria, porque, se dividirmos por 22 dias úteis, nós verificaremos que o valor do auxílio-alimentação para o servidor público do Distrito Federal é simbólico. É um valor simbólico!

Ainda assim, o governo, para evitar a correção anual de 2015 e 2016, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade desse benefício, que, diga-se de passagem, ele não cumpriu nem em 2015 nem em 2016. Aí, lamentavelmente, o Tribunal de Justiça não deu.

Para os próprios promotores do Ministério Público, para toda a rede dos servidores do Tribunal de Justiça, os valores do auxílio-alimentação já são indexados. Nós estamos vivendo a duplicidade de Estado. Os próprios servidores da Câmara e do Tribunal de Contas reportam-se à mesma fonte de recurso. E nós, agora, temos um outro segmento de servidores públicos, os que não merecem respeito na correção dos valores.

Ora, nós não vamos ficar silenciosos neste momento, diante dessa gritante agressão a um benefício dos servidores públicos, Deputado Chico Leite. Eu lamento profundamente isso. Há muitas modalidades com as quais o Governador poderia fazer economia, eu sei que ele está vivendo um quadro de dificuldades que impõem responsabilidades para quem está à frente da gestão dos recursos, mas eu não posso compactuar com a retirada daquilo que já é simbólico. Para manter, ainda querem tirar aquilo que os servidores públicos possuem no Distrito Federal – servidores da educação, da saúde, da administração direta e de outros segmentos. Portanto, eu quero aqui lamentar esse equívoco do governo.

Queria, por outro lado, dizer que foi bastante acertada essa atitude da Secretaria de Educação, corroborada pelo governo, de renovação do concurso público, Deputado Prof. Reginaldo Veras, dos orientadores educacionais. O número de convocados é simbólico, ainda muito pequeno, e o governo está renovando,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

parece-me, por mais dois anos para poder, então, fazer uma contratação, fazer o melhor aproveitamento desse concurso público, que foi bastante exaustivo, demorado, desgastante.

Lamento a atitude que diz respeito ao auxílio-alimentação e cumprimento pela que diz respeito à renovação dos concursados aprovados, que ainda podem ser chamados.

Por último, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. Deputado Delmasso, eu até pediria a V.Exa. e ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que nos ajudassem neste debate. O PAS – Programa de Avaliação Seriada é um projeto bastante exitoso. Nós tivemos um número bastante modesto, no último exame, de inscrições isentas da cobrança por parte do Ministério da Educação. Não chegou a quinhentas inscrições. Para ser preciso, foram 493 inscritos isentos, de um número de 18.711 inscrições. Portanto, menos de 3% fizeram jus à Lei nº 5.696, de agosto de 2016, votada nesta Casa, Deputado Delmasso. Eu queria fazer um apelo, Deputado Delmasso, se posso solicitar isso a V.Exa., para que o governo – peço também ajuda do José Flávio, pela desenvoltura, capacidade de convencimento da equipe do governo – estendesse esse programa a todos alunos da rede pública.

Por que todos os alunos da rede pública? O processo do benefício de 100 reais é um processo exaustivo, a que poucos têm condições ou até mesmo a paciência de atender. Nós sabemos – quem percorre a escola pública – que o momento de fazer o vestibular ou o PAS já é, por si só, um processo seletivo, Deputado Agaciel Maia. Normalmente um pai ou uma mãe que têm uma remuneração melhor, quando o filho vai se aproximando da idade de entrar no nível superior, tende a deslocá-lo para os cursinhos e para as escolas particulares. Por isso, o aluno não chega até o final. O estudante de escola pública que continua na rede pública até passar pela avaliação do PAS, que tem uma avaliação positiva para adentrar o nível superior, é um vitorioso.

É impressionante, porque há até uma contradição quanto à avaliação do governo. Por que é contraditório, Deputado Delmasso? Porque, na realidade, é o momento em que o governo vai ter de avaliar os seus profissionais responsáveis por orientar os nossos estudantes na rede pública. É o momento em que o governo vai testar a sua rede pública. Neste caso, Brasília tem sido exitosa, tem conseguido um bom desempenho no PAS e nos vestibulares, como o da UnB. Diga-se de passagem, não é apenas nos cursos básicos – de Letras, Biblioteconomia, Ciências Sociais –, mas também em áreas como Medicina, Engenharia e Direito, que são mais concorridas.

Eu quero fazer um apelo. Hoje o critério, Deputado Delmasso, é que as famílias têm que ter uma renda média de um salário mínimo e meio. V.Exa., Deputada Luzia de Paula, há de entender que isso, por si só, é bastante seletivo, mas deixem que os estudantes que acreditaram na rede pública, que investiram, que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

aceitaram as greves, que aceitaram a ausência de professor, que foram sacrificados não sejam sacrificados num último momento, que é o momento em que o próprio Estado pode exercer o seu trabalho de avaliação do seu desempenho, da sua equipe nas salas de aulas e da rede pública como um todo.

Eu tenho conhecido e visitado escolas, assim como o Deputado Prof. Reginaldo Veras e outros Deputados, como Deputado Prof. Israel, que é, diga-se de passagem, um dos batalhadores pelo debate do PAS – Programa de Avaliação Seriada – aqui, não é mesmo, Deputado? Ele não está prestando atenção.

Então, nós podemos perceber que, na questão do PAS, não dá para nós limitarmos a esse processo seletivo imposto por esta lei que nós votamos aqui. Portanto, Deputado Delmasso, eu faço um apelo à sua capacidade, à sua eloquência, à sua determinação – e conhecedor também da área educacional – para que, juntamente com os Deputados que compõem a base de apoio desse governo, apresente uma sugestão ao Governador para que ele reveja isso e reponha o acesso dos estudantes da escola pública ao PAS, que não tenham que pagar as suas inscrições para serem avaliados e aceitos na rede pública do ensino superior.

Sr. Presidente, também é bom lembrar ao governo que ele ainda não pagou a UnB – Universidade de Brasília. Existe uma entidade lá que faz essa administração, que é o CEBRASPE – Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Eu estive ontem com a Reitora, a Professora Márcia Abrahão. Debateremos esse assunto com ela, que foi extremamente sensível, Deputada Sandra Faraj, ao perceber que nós temos que dar um passo.

Deputado Chico Leite, eu quero pedir o empenho de V.Exa., que é um homem das letras, um Deputado que tem uma forte influência junto ao Governo do Distrito Federal, para que ajude a convencer o governo de que os estudantes da rede pública não precisam pagar a inscrição do PAS para poderem ser avaliados e admitidos no ensino superior.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero já informar o Deputado Wasny de Roure que vou pedir à assessoria da Casa para encaminhar as notas taquigráficas do discurso de S.Exa. Quero encaminhá-lo, como Líder do Governo, formalmente ao Secretário de Estado de Educação, já corroborando e dando total apoio para a proposta de V.Exa., que é uma proposta que tem total fundamento, Deputado Prof. Israel.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

Eu acredito que todos os estudantes da rede pública precisam, sim, ter a gratuidade nas inscrições do PAS. Que a Secretaria de Estado de Educação assuma, dentro do seu orçamento, o pagamento dessas inscrições, porque nada é mais justo do que os alunos da nossa rede pública terem acesso gratuito ao Programa de Avaliação Seriada que, como muito bem disse o Deputado Wasny de Roure, é um dos melhores programas de acesso às universidades públicas do País.

Então, Deputado Wasny de Roure, quero pedir à assessoria de plenário que, quando as notas taquigráficas ficarem prontas, as entreguem a mim pois quero encaminhar literalmente o discurso de V.Exa. ao Secretário de Estado de Educação já sugerindo, Deputado Prof. Israel, que, para este ano, se for possível, o GDF conclua a inscrição gratuita para todos os estudantes – para aqueles que, obviamente, quiserem participar do Programa de Avaliação Seriada.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna pela segunda vez hoje à tarde é tratar de um assunto, de uma lei – que foi matéria da revista *Conjuntura* – de minha autoria e do Deputado Wasny de Roure, ambos preocupados com o descontrole das contas públicas. Eu e o Deputado Wasny de Roure apresentamos o projeto a esta Casa, que aprovou a Lei nº 5.422, de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação dos impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias do Governo do Distrito Federal que concedam, ampliem ou incentivem o benefício aos setores de atividade econômica que implique em renúncia de receita ou aumento das despesas públicas.

Essa lei, aprovada em 2014, teve o início de sua vigência prorrogado para janeiro de 2016, por solicitação do Poder Executivo, especialmente pelo Secretário de Estado da Fazenda, para ter tempo suficiente para implantar uma estrutura que possibilitasse a realização de estudos econômicos de que trata a presente lei. Os estudos econômicos, Deputado Delmasso, deverão mensurar os impactos das políticas favorecidas na economia do Distrito Federal em termos de geração de emprego e renda. Nas metas fiscais do governo, esses estudos também devem discriminar os impactos na despesa e na renúncia de receitas, indicando quais os benefícios serão gerados para os consumidores, identificando os setores que serão beneficiados e como a Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal – RIDE será beneficiada.

Posso dizer, senhoras e senhores, com toda a certeza, que essa lei é um marco, Deputado Chico Vigilante, na legislação local e nacional por aferir os impactos das políticas públicas implantadas no desenvolvimento econômico regional e fornecer elementos para a melhoria da qualidade na gestão dos gastos públicos. Quem ganha

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

com uma legislação moderna como essa é a sociedade, que saberá o custo de cada política e se ela vale a pena ser implantada. Eu considero uma boa política econômica aquela que aumenta o emprego e a renda da população. É essa linha pensamento que norteou a presente lei.

O governo ainda se diz em dificuldades de implantar a realização dos estudos econômicos, mas acredito que o Conselho Regional de Economia, Deputado Wasny de Roure, poderá contribuir muito para facilitar a elaboração desses estudos. O Governo do Distrito Federal também pode contar com a colaboração da Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP/DF, que tem um orçamento de 268 milhões para 2017. Além disso, há outras estruturas de pesquisa, como a CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal que elabora diversos estudos econômicos sobre o Distrito Federal e há ainda a possibilidade de fazer convênios de cooperação técnica com universidades do Distrito Federal.

A Lei nº 5.422, de 2014, além de contribuir com a transparência e com a qualidade dos gastos públicos, motivará a elaboração de muitas teses de mestrado e de doutorado em economia. Os departamentos de economia das universidades terão diversos temas cujos interesses irão convergir com as políticas econômicas. De um lado, a necessidade de o governo mensurar os impactos das políticas fiscais e creditícias. De outro, o interesse da academia de colocar à disposição da sociedade as suas teorias e teses que contribuirão para que o gestor público melhore a qualidade dos gastos públicos.

Quem ganha com essa lei é a sociedade, que saberá a destinação exata de cada centavo das políticas favorecidas colocadas em prática pelo Governo Federal, bem como haverá a geração de emprego e renda para a nossa economia.

Deputado Chico Leite, essa lei aprovada, de autoria minha e do Deputado Wasny de Roure, foi, inclusive, elogiada, em audiência pública na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pelo promotor Dr. Rubin Lemos.

Quero destacar também, Deputado Chico Vigilante, se essa lei estivesse em vigor desde 2014, muitos dos problemas econômicos que o Governo do Distrito Federal enfrenta hoje ele não estaria enfrentando, tendo em vista que ela não ia permitir que projetos do governo que criam despesas permanentes em cima de receitas fictícias acontecessem.

Então, essa lei, Deputado Lira, publicada na *Revista Conjuntura*, uma das revistas mais conceituadas sobre economia, precisa ser implantada imediatamente, ou seja, todo e qualquer projeto do governo que trate sobre economia tem que vir com parecer da área econômica, atestando – a exemplo do que acontece com os balanços, com as auditorias – a veracidade e a compatibilidade desses dados.

A partir do momento em que o Governo do Distrito Federal coloque em prática e acompanhe em relatórios minuciosos todo o projeto de lei que encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal, nós não sofreremos mais com

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

irresponsabilidades, ou com projetos que venham sem os devidos respaldos legais, ou mesmo até com a repercussão orçamentária e financeira distorcidas.

A situação econômica do Distrito Federal em grande parte, hoje, se deve a não aplicação dessa lei aprovada em 2014. Porque se todos os projetos de contratação de créditos tivessem vindo acompanhados com relatórios, feitos pela área especializada – no caso, o Conselho Regional de Economia –, muitos deles não sairiam nem da mesa do Governador, porque se saberia que esses projetos não seriam exequíveis.

Portanto, essa lei, Deputado Lira, foi elogiada por procurador, por promotor. E a Câmara Legislativa do Distrito Federal, sim, a partir do momento que exige o cumprimento dessa lei, nós poderemos analisar os projetos de impactos de créditos, de financiamentos, ou qualquer um que gere qualquer despesa, com a tranquilidade que a Câmara Legislativa merece.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, já estamos nos Comunicados de Parlamentares e não cabe aparte, mas eu quero me referir ao pronunciamento do Deputado Agaciel Maia.

V.Exa. me permite, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Pois não, Deputado Chico Vigilante. Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou em uma experiência nova, muito produtiva, muito proveitosa para mim, que é participar da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Casa. V.Exa. já participou de muitas, não é, Sr. Presidente?

Eu quero aqui testemunhar a condução do Presidente Deputado Agaciel Maia com o conteúdo que S.Exa. tem e com o método empregado, principalmente operando com essa responsabilidade, porque, às vezes, a gente prega que os outros façam, mas a gente não pratica. A gente estima dos outros uma conduta, mas não as adota.

Eu tenho visto isso, tenho testemunhado isso, e tenho participado para o meu aprendizado da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sob a condução do Deputado Agaciel Maia. Eu quero dar esse testemunho, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, à semelhança do Deputado Chico Leite, eu só queria fazer uma ponderação: a propositura que foi há época debatida e hoje constitui essa lei de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

como devem ser instituídos os projetos que representam impactos no orçamento e nas finanças como um todo no Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia, de fato, os nossos governantes miram muito o entendimento político, e muito pouco as instruções técnicas dessas matérias que causam impacto no Orçamento, porque a grande questão é que ela não é uma despesa anual, é uma despesa continuada. É uma despesa que fica por anos e anos e depois não se tem como retroceder, não se tem como suspender. Então, tornam-se despesas obrigatórias. Temos assistido a muitas manifestações de absoluta irresponsabilidade, muitas irresponsabilidades.

Lamento. Vivenciamos isso muito recentemente, mas acredito que a irresponsabilidade não se refere apenas à gestão de compromisso de gastos, mas também à maneira de como se faz o remanejamento e o manuseio do próprio Orçamento do Distrito Federal e de qualquer outro orçamento da nossa Federação.

A despeito dos problemas que temos vivenciado no Distrito Federal, acredito que ainda temos como nos resguardar um pouco mais. É muito propício esse debate porque, se levarmos em conta o debate do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal...

Na semana passada, protocolei aqui exatamente um pedido de informação sobre o processo efetivo da transferência dos imóveis, sejam do Distrito Federal, sejam da Terracap, e sobre o efetivo envolvimento do BRB – Banco de Brasília – nesse processo. Esse debate sobre questões econômicas tem de ser visto de maneira mais criteriosa e mais responsável, como muito bem V.Exa. colocou aqui. A Câmara tem todas as condições de exigir esse grande debate e de se colocar perante a sociedade do Distrito Federal.

Parabéns por recapitular essa questão. É bom lembrar que os governantes procrastinaram a aplicação dessa lei. Parece que a partir de agora ela terá que ser aplicada. Parabéns, mais uma vez. Foi uma honra ter compartilhado com V.Exa. a autoria desse projeto.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão na pauta do Requerimento nº 2.619, de 2017, de minha autoria. É uma audiência pública do abrigo indígena.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Já se encontra na pauta. Será votado em bloco.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, duas questões.

Conforme acordo no Colégio de Líderes, solicito a inclusão na pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2016, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que homologa os Convênios ICMS nº 16/2015 e nº 130/215. Ele trata da isenção da reversão da energia solar. Falamos disso ontem no Colégio de Líderes. É um pedido extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu já tinha solicitado. Acato de novo o pedido de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, outra questão: protocolamos desde o início do ano até hoje 114 Requerimentos de Informação. Foram aprovados 78 e faltam ainda serem aprovados 36. Esses requerimentos são muito importantes para o andamento da atividade parlamentar. Solicito à Mesinha a inclusão desses itens na próxima pauta. Agradeceríamos a aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Peço que as devidas providências sejam adotadas e que seja dada a celeridade solicitada pelo Deputado Delmasso.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos, Deputado Bispo Renato Andrade, será votado. É só V.Exas. abrirem mão dos pronunciamentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. Em seguida, ao Deputado Chico Vigilante, ao Deputado Ricardo Vale e à Deputada Celina Leão. Ou seja, todo mundo vai falar.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os Deputados presentes, os assessores, a imprensa, e dar boa tarde a todos. Vou fazer um pronunciamento rápido, apenas para relatar o seguinte: tivemos um feriado prolongado, que compreendeu sexta, sábado e domingo, e eu aproveitei o dia de sábado para uma atividade que desempenho corriqueiramente, que é visitar os hospitais da rede pública do Distrito Federal.

Aproveito a presença do Deputado Wasny de Roure, que é Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, para dizer que estive no hospital do Gama, Deputado Wasny de Roure, e ali encontrei um hospital muito bem estruturado, bem organizado e limpo, mas com um problema: não estava atendendo. Um hospital grande, organizado, bonito e antigo, como o hospital do Gama, não estava atendendo as pessoas. E havia um grande cartaz na frente, que avisava que o atendimento ao público estava paralisado por tempo indeterminado. Ou seja, se as

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

peessoas chegassem lá com algum tipo de enfermidade, ou precisando de algum tipo de atendimento – porque ninguém vai ao hospital para passear, mas porque está precisando de atendimento –, nem iam adentrar. Inclusive, se for hoje com algum tipo de enfermidade, não vai entrar no hospital do Gama, Deputado Joe Valle, porque as portas estão fechadas. Sequer a triagem funciona, para V.Exas. terem ideia.

Eu me aprofundi um pouco mais: entrei, visitei, conversei com alguns pacientes e identifiquei que, num hospital daquela magnitude, temos apenas dois equipamentos de Raios-X, sendo que um não está funcionando; de duas máquinas de tomografia, uma está quebrada há mais de 5 anos, entulhada em uma grande sala com diversos outros equipamentos, e apenas uma está funcionando. Boa parte dos exames de ressonância magnética não é realizada porque não há seringas para aplicação de reagentes. Também identificamos que falta esparadrapo, seringa, omeprazol, mais de trinta itens. Apesar de serem materiais básicos e baratos, não os encontramos na farmácia do hospital do Gama.

Sr. Presidente, quero a atenção de V.Exa. para uma situação grave que é de conhecimento de alguns Deputados e foi noticiada na imprensa. Nós tivemos uma grande publicidade por parte do governo sobre a inauguração da pediatria do hospital do Gama. Foram contratados 18 médicos e fizeram uma grande reforma. Está uma beleza a pediatria do hospital do Gama, mas não há uma criança sendo atendida. Gastou-se recurso público, muito dinheiro, Deputado Reginaldo Veras, e não há uma criança sequer sendo atendida. Se não há crianças sendo atendidas, se não há pacientes sendo atendidos, as pessoas estão sem atendimento, mas a demanda não parou. O que parou foi a oferta de serviços públicos a serem entregues à população pelo Governo do Distrito Federal.

Eu verifiquei toda aquela estrutura com vários bercinhos, um sistema de semi-UTI para crianças, Deputada Luzia de Paula, e me deu um aperto no coração por ver que as crianças do Gama, de Santa Maria e de toda aquela região não têm direito de ficarem doentes, porque não há um médico em toda aquela região para atender aquelas jovens e aquelas crianças.

Faço mais um relato aqui, Deputado Wellington Luiz. Além de tudo isso, poucas cirurgias são realizadas. Aquelas que estão agendadas, Deputado Reginaldo Veras, boa parte delas está sendo cancelada por um motivo: falta de roupa limpa. Além de tudo, ainda tem uma falha muito grande no contrato de terceirizados, que pega mil roupas e devolve quinhentas, quando devolve quinhentas; às vezes, quando pega quinhentas, devolve cem; quando recebe cem, não devolve nenhuma. Muitas cirurgias estão sendo canceladas por falta de lençol e por falta de roupa.

Isso é um absurdo, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Vou fazer um relatório, vou encaminhá-lo à Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Vou encaminhar aos demais gabinetes também, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, ao

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

Governador e ao Secretário de Saúde, para que possam tomar as providências num assunto tão sério e responsabilizar – que seja criminalmente – essas pessoas que estão sendo omissas, deixando as pessoas morrerem não nos hospitais, mas muitas vezes no meio da rua e nas suas casas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Quero parabenizar o nobre Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabenizo o Deputado Rafael Prudente por essa iniciativa, e gostaria de agregar um novo fato a isso que S.Exa. acabou de colocar. Parece incrível! As coisas estão acontecendo no Distrito Federal, mas as pessoas já naturalizaram tanto isso, que não lhes causa mais nenhum tipo de impacto. Por exemplo, hoje à tarde o pronto-socorro do hospital do Gama foi fechado, acabei de receber essa informação. Ou seja, faltam condições de atendimento.

São coisas tão absurdas! Será que esse rapaz fantasiado de Governador não tem consciência? É uma coisa absurda. Ele faz de conta que esse problema não é dele. Ele está preocupado em vender a saúde pública para pagar dívida de campanha, e não pensa na população do Distrito Federal. Nós aqui trazemos os fatos. Parece-me que as pessoas estão naturalizando a desgraça da população do Distrito Federal. É um absurdo realmente a gente ver o sujeito com a cara de pau de dizer que é Governador.

Aliás, vou até um pouco mais além, Deputado Prof. Israel. Eu vi um dia desses sair uma relação, uma lista. Antigamente, o nome do filme era *A Lista de Schindler*, agora é a lista de Janot, não é? Esse rapaz recebeu 1 milhão e meio, Deputado Chico Leite. Ele declarou que recebeu 1 milhão e meio dessas empreiteiras que estão aí na Lava Jato, e não aconteceu absolutamente nada com ele. O que está acontecendo? Recentemente, dentro dessa operação draconiana engendrada com a cumplicidade de alguns, ele foi informado que na Procuradoria-Geral da República havia quarenta citações do nome dele e dos familiares dele. Sabe qual foi a resposta da Procuradoria-Geral da República? Que simples menções não significam absolutamente nada. E os outros, que não são citados, de repente são até denunciados.

Então, vejam, alguma coisa muito estranha está acontecendo, Deputado Prof. Israel. Se a gente ficar esperando que ele crie consciência e venha confessar as bobagens que faz, vai ser difícil. Vamos ter que esperar uma eternidade. Estou falando desse rapaz fantasiado de Governador, Deputado Bispo Renato Andrade. Estou falando do fechamento do pronto-socorro do hospital do Gama.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

Ele faz de conta que o problema não é dele. Ele faz de conta que o problema não é dele, como se o cargo de Governador de Brasília não lhe trouxesse qualquer responsabilidade. Então, eu só quis aditar, Deputado Rafael Prudente, isso que V.Exa. colocou, porque se formos enumerar todos os problemas que temos na área de saúde provocados por esse rapaz, vai ser uma loucura.

A gente fica muito preocupado – quero até instar meu companheiro Deputado Wellington Luiz a depois, se for o caso, dar publicidade devida ao relatório da CPI da Saúde. Nós temos muita preocupação e queremos saber o que foi efetivamente levantado na CPI da Saúde, porque sabemos que ele tem um poder de convencimento extraordinário, principalmente em alguns veículos de comunicação que estão por aí, mas, nas redes sociais, conseguimos, com mais facilidade, fazer uma reflexão coletiva.

Era isso, Deputado Rafael Prudente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Pode ter certeza de que, mesmo com todas as dificuldades, resistências e boicotes, nós teremos muita coisa a apresentar.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de trazer à tribuna desta Casa uma discussão. O Deputado Wasny de Roure, com sua grande equipe, uma equipe altamente qualificada, já até sugeriu o encaminhamento de retirar do regime de urgência a Mensagem nº 75, de 2017, do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal. Essa mensagem, Sr. Presidente, mexe com algo que é sagrado para o servidor público: a sua estabilidade funcional.

Temos vivido tempos negros no Distrito Federal em que agentes de polícia têm sido, policiais civis têm sido perseguidos. Temos vivido um governo fascista.

Eu fico com uma grande preocupação quando chega um projeto desse que tira a estabilidade do servidor público. Ele poderá passar por uma avaliação do seu chefe imediato e, se for desclassificado na avaliação, perde a estabilidade no serviço público.

Eu acho, sim, que o servidor público tem que ser constantemente avaliado, mas, na situação em que nós passamos, sem a seriedade necessária, isso aqui seria dar uma carta em branco para que o Governador pudesse exonerar aquelas pessoas que têm sido uma pedra no seu sapato, seja na Secretaria de Saúde, seja na Polícia Civil.

Então, eu quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure, porque ele protocolou um pedido de audiência pública para que possamos discutir esse projeto

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

aqui. Esse projeto chegou silenciosamente à Câmara Legislativa, mas é muito grave. Estamos falando da estabilidade do serviço público. Temos que discutir isso com profundidade mesmo, porque o que cria a autonomia para o servidor de não aceitar nada que é errado é a sua estabilidade: "Olha, eu não vou fazer porque isso é errado." Chega esse PL sem sequer uma prévia discussão sobre esse tema. É um tema muito delicado. Eu quero falar que tenho certeza de que o Deputado Raimundo Ribeiro também me acompanha nesse pensamento, a Bancada do PPS.

Como será feito esse modelo? Será pelo seu chefe imediato? Porque, se for pela sociedade, pela comunidade, podemos até discutir. Eu acho, sim, que o servidor público tem que ser avaliado para que ele possa se manter no serviço público, mas nós temos várias outras ferramentas.

Isso não acontecia no Distrito Federal. Ou o servidor era promovido ou ele era mantido. Agora nós estamos criando a possibilidade de demissão do servidor público, que tinha uma estabilidade, segundo a sua avaliação de desempenho, que é feita, sabemos, pela sua chefia imediata.

Então, temos uma preocupação muito grande com esse tema. Quero trazer aqui esse alerta aos colegas para que possamos discutir isso com profundidade. O Deputado Wasny de Roure já pediu a retirada do regime de urgência. Eu já assinei. Peço a todos os nossos colegas que apoiam os servidores públicos... Porque se está partindo da premissa, Deputado Wellington Luiz, e isso eu ouvi muito nos corredores do Burity, de que o servidor público é preguiçoso. Quem é preguiçoso é este governo que até hoje não deu conta da cidade. O servidor público tem trabalhado sem os insumos necessários, sem os equipamentos necessários, com seu salário defasado e desvalorizado e tem trabalhado. Você não pode partir da premissa de que aquele servidor público ruim é a maioria. Ele é exceção dentro do serviço público do Distrito Federal, Deputado Wellington Luiz. Não podemos deixar um projeto de lei desse vir abarcar o servidor e deixar o servidor, que era estável no Distrito Federal, na mão de uma gestão ou de um governo.

Então, quero trazer essa reflexão para vocês. Quero falar também, Deputado Wellington Luiz, que hoje está na Ordem do Dia o nosso Projeto de Lei nº 165, que trata do plano de desenvolvimento da Rota do Cavalo. Inclusive foi matéria do DFTV durante quatro dias seguidos. Então, eu peço a V.Exa. que, assim que acabarem as falas, votemos esse projeto. Inclusive, a comunidade dos produtores rurais está aqui aguardando a votação desse projeto.

Minha terceira fala, Deputado Wellington Luiz, é sobre a fala do Secretário de Segurança Pública, que V.Exa. bem abordou aqui, sobre a questão da violência. O Secretário de Segurança Pública, de forma até infantil ou ingênua – não sei qual seria a palavra adequada para o termo que ele usou –, disse que os estupros em Brasília têm crescido porque as mulheres agora resolveram registrar ocorrência. Sr. Presidente, queremos rechaçar esse tipo de avaliação, porque ela não é feita em

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

cima de dados técnicos nenhum. Acreditamos que o aumento dos casos de estupro não se dá pelo aumento dos registros de ocorrência. Ele se dá por outros fatores, que esta Casa precisa acompanhar, principalmente a Procuradoria da Mulher, comigo, com a Deputada Telma Rufino, com a Deputada Sandra Faraj, com a Deputada Luzia de Paula, as nossas Deputadas da Câmara Legislativa. Sejam investimentos na área de segurança pública, sejam investimentos em urbanização e iluminação, sejam investimentos em prevenção, Deputado Wellington Luiz, todos são fatores, menos essa pérola que foi lançada pelo Secretário de Segurança Pública. Então, queremos rechaçar esse comentário do secretário e falar que ele venha fazer esse debate com as mulheres do Distrito Federal, já que aumentaram 21,4% os casos de mulheres vítimas de estupros e, só de janeiro a março desse ano, foram registrados 137 casos.

Então, queremos discutir isso aqui com seriedade, Deputado Wellington Luiz, não falando que agora as mulheres resolveram registrar. Isso não é verdadeiro, isso não é correto. Acho que devemos aumentar o nível desse debate, inclusive convidar o próprio secretário para vir aqui para fazermos um debate sério sobre esse tema.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada. Parabéns!

Mais uma vez, surpreendemo-nos com o secretariado do Sr. Governador. Torcemos muito por esse Secretário de Segurança, porque, se ele der certo, Brasília dará certo. Mas isso demonstra, Deputada Celina Leão, que ele traz outro secretário que não conhece a nossa realidade. Os registros de ocorrências de estupro e de ocorrências de outros crimes no Distrito Federal têm sido frequentes, até pela cultura da nossa população. Então, o secretário realmente não conhece a realidade de Brasília e demonstra isso claramente.

Com relação ao PL nº 106, sobre o qual o Deputado Wasny de Roure foi extremamente feliz, mais uma vez, o Sr. Governador demonstra que ele trabalha realmente na surdina e que não tem coragem de discutir com os servidores, porque as suas ações são covardes. É isso. Porque, se fosse um bom projeto, ele discutiria. Ele não discute com essa Casa, tenta atropelar e não discute com o servidor.

Eu quero, com enorme alegria, registrar a presença do nosso Presidente e, com alegria maior ainda, passar a Presidência para ele. (Pausa.)

Antes de passar a Presidência para o Deputado Joe Valle, passo a Presidência para a Deputada Sandra Faraj.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Sandra Faraj, eu queria fazer um rápido registro no plenário. Ontem eu e o Deputado Juarezão estivemos juntos com a comunidade da DF-445, muito conhecida por ali estar a Chácara Milani, uma chácara de eventos. A estrada não tem iluminação. Pudemos ali assumir com a comunidade o compromisso, ao qual nós já demos desdobramento com um pedido de desbloqueio, de um investimento de iluminação pública, em parceria com o companheiro Deputado Juarezão, Deputado desta Casa e da região de Brazlândia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive oportunidade de, ontem à tarde, participar de um seminário sobre o futuro da economia no Brasil, o futuro deste país, promovido pela bancada do Partido dos Trabalhadores, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Por sinal, foi um debate de alto nível, com os melhores economistas deste país, aqueles que não estão alinhados à direita, aqueles que pensam efetivamente em desenvolvimento.

Foi um momento muito rico, encerrado de maneira brilhante pelo nosso querido amigo Presidente Lula. Sempre é muito prazeroso ouvir o Lula. Depois, tive a oportunidade, e foi um privilégio, de estar com o Presidente Lula em uma sala, quando ele recebeu as lideranças indígenas de todo o Brasil, que, desde ontem, estão em Brasília para um acampamento em defesa da demarcação das terras indígenas e também para um protesto contra o desmonte que está sendo feito da Funai. A verdade é que estão fechando a Funai. Como o ministro da Justiça é um sujeito ligado ao agronegócio, ligado aos grileiros, ligado ao latifúndio, ele não quer ouvir falar de reforma agrária, menos ainda de terra indígena, e está fechando a Funai nos estados, um órgão tão importante!

Lembro-me do trabalho fundamental feito pelo Marechal Rondon para proteger os índios, depois pelos irmãos Villas-Bôas e por uma série de outros indigenistas que cuidaram efetivamente daqueles que são os verdadeiros donos da terra. Nós somos invasores; eles é que são os donos da terra.

O Lula os recebeu, e vimos a preocupação, o carinho, o cuidado deles com o presidente e a torcida pelo seu retorno. Quando o Presidente Lula estava na presidência, durante os oito anos de governo, toda vez que os índios vinham a Brasília, ele fazia questão de recebê-los pessoalmente. Portanto, ontem eles ficaram animados com a audiência com o Presidente Lula.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

Para minha surpresa, Deputado Chico Leite, na tarde de hoje, os mesmos índios estão sendo duramente reprimidos pela Polícia Militar do Distrito Federal, a mando do Presidente da Câmara dos Deputados, porque o terreno onde eles estão sendo reprimidos – já fui Deputado Federal –, que é aquele quadrilátero ali onde tem um laguinho, todo mundo sabe que é do Congresso Nacional. Quem manda nas tropas, na hora em que alguém adentra aquele quadrilátero, é o presidente da Câmara dos Deputados. E ele mandou reprimir duramente os índios!

Eu estava olhando os *blogs* há pouco, os jornais *on-line*, e pude ver uma nuvem de fumaça em cima dos índios, as bombas, índios feridos. Não basta os latifundiários matarem os índios, não basta os exterminadores assassinares os índios. Quando eles vêm buscar socorro na terra dos homens brancos, são tratados como na época da ditadura militar ou pior.

Então, digo ao Governador do Distrito Federal que está na hora de ter coragem de não liberar a Polícia Militar do Distrito Federal para esses atos de truculência. Se o presidente da Câmara dos Deputados quer reprimir, que vá lá reprimir! Agora, nossa polícia, não! Até porque ela está fazendo falta lá na Ceilândia, no Arapoanga, no Porto Rico, no Sol Nascente. Lá, não há polícia. Mas, para espancar índio, há.

Eu fico com vergonha de um País que ainda espanca os seus índios da maneira brutal como estão sendo espancados. Muito obrigado

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu não poderia deixar de vir a esta tribuna convocar todos os trabalhadores do Distrito Federal, sejam da iniciativa privada, sejam os servidores públicos do Distrito Federal, para que a gente pare, que toda a cidade pare, inclusive esta Casa de Leis, a fim de aderirmos à greve geral na sexta-feira, por conta dessas reformas extremamente terríveis para a classe trabalhadora. Não é qualquer coisa, depois de anos de luta, anos de conquista, um governo ilegítimo – o Governo Temer é um governo ilegítimo e aquele Congresso Nacional sequer tem autoridade para representar o povo deste país – fazer uma reforma trabalhista que quer acabar com o 13º. Enquanto vários países do mundo diminuem a carga horária dos trabalhadores, aqui querem aumentá-la para doze horas. Querem retirar férias! Além da reforma da Previdência, que é um verdadeiro absurdo.

Não dá para aceitar isso, não dá para ficarmos parados. Eles não têm legitimidade para fazer essa reforma. Aliás, com um governo que tem 90% de rejeição, como o Governo Temer, a gente deveria, seja o Congresso Nacional, seja o povo do nosso país, seja a população do Distrito Federal exigir uma eleição direta e

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	37	

urgente. A gente precisa fazer uma nova eleição neste país, para, aí, sim, colocar pessoas com legitimidade e discutir uma reforma, seja política, seja da Previdência, seja trabalhista.

Eu estou lendo aqui que várias categorias de trabalhadores do Distrito Federal já decidiram em assembleia que vão parar. Faço questão de citar todas que já decidiram que vão parar, que vão aderir à greve geral: são os rodoviários, os metroviários, os aeronautas, os bancários, os jornalistas – ouviram, jornalistas? –, os professores e servidores da UnB, os radialistas, os urbanitários e eletricitários, os vigilantes, os servidores da Administração do GDF, os servidores da Assistência Social e Cultural do DF, os servidores da Caesb, os servidores da Câmara Legislativa, os servidores do Detran, os servidores do Judiciário e do MPU, os servidores públicos federais, os servidores públicos municipais do Entorno, de Valparaíso, Águas Lindas, Campos Belos, Formosa, Planaltina, enfim, uma quantidade de categorias de trabalhadores e trabalhadoras aqui do Distrito Federal que, de forma muito patriota, resolveram parar suas atividades na sexta-feira, em protesto a essa reforma.

Fico feliz porque acabei de ser comunicado por três servidores do meu gabinete que eles fizeram uma reunião e também vão aderir à greve. Portanto, não virão trabalhar na sexta-feira. Evidentemente que tenho de apoiar a decisão deles e parabenizá-los. Espero que todos os servidores desta Casa, que todos os Deputados desta Casa participem deste processo ficando em casa ou indo para as ruas protestar contra este governo ilegítimo de Michel Temer e essas reformas terríveis para o futuro deste país.

Era isso, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, poderíamos votar os requerimentos?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Encerrados os Comunicados de Parlamentares, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos Itens nºs 1 a 146, relativos aos vetos, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu pediria a V.Exa. que pudesse fazer a leitura do requerimento de nossa lavra, endossado por vários outros colegas Deputados, com relação ao PLC nº 106, a questão da retirada de urgência, e a do debate a ser marcado.

Eu solicito a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia dessas duas proposições.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Esta Presidência acata a solicitação do Deputado Chico Leite.

Passaremos a votar primeiro o requerimento e as moções logo após a leitura.

Não havendo manifestação contrária, passaremos à apreciação das matérias.

Consulto também os líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Item nº 181:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 623, de 2017, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os cidadãos abaixo relacionados pela dedicação e serviços prestados à comunidade do Condomínio Por do Sol, localizado na Região administrativa de Ceilândia - RA IX.”

Item nº 182:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 628, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta protesto à inércia do Governo do Distrito Federal pela não convocação dos candidatos aprovados em concurso público no certame de Educação física da Secretaria de Educação do Distrito Federal realizado no ano de 2013”.

Item nº 183:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 629, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor e congratulação ao Jornal Brasília Capital pelo Prêmio Nacional de 2017, concedido pela Agência Nacional de Cultura, Empreendedorismo e Comunicação - ANCEC”.

Item nº 184:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 630, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza a iniciativa do projeto Sessão Azul que realiza a promoção de sessão de cinema adaptadas para crianças com distúrbios sensoriais e suas famílias”.

Item nº 185:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 631, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta apoio pela aprovação do PL nº 1.399/16 que se encontra em tramitação nesta casa, a qual institui o Programa

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

Distrital de Fomento ao Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências”.

Item nº 186:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 632, de 2017, de autoria do Deputado Julio César, que “parabeniza Chancerley de Melo Santana, Coordenador Geral do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal - COPEV-DF, pela passagem do seu aniversário”.

Item nº 187:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 634, de 2017, de autoria do Deputado Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os Enfermeiros do Distrito Federal pelo seu dia”.

Item nº 188:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.590, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de Audiência Pública no dia 10 de maio de 2017 'para debater o desenvolvimento de políticas públicas de saúde voltadas ao atendimento Autista, a serem implantadas e implementadas no âmbito do Distrito Federal'”.

Item nº 189:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.599, de 2017, de autoria do Deputado Juarezão, que “requer a realização da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Sociais do dia 24 de maio de 2017, às 19 horas, em Brazlândia - RA IV”.

Item nº 190:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.619, de 2017, de autoria do Deputado Chico Leite, que “requer a realização de Audiência Pública, a realizar-se no dia 28 de abril de 2017, às 10:00 horas, para debater a situação dos povos indígenas e o evento denominado Abril Indígena”.

Item nº 191:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.622, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “requer a realização de Audiência Pública, no dia 08 de maio do corrente ano, no Plenário desta Casa de Leis, para debater os impactos da Medida Provisória nº 759/2016 no âmbito do Distrito Federal”.

Item nº 192:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.623, de 2017, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “requer a realização de audiência pública para debater os reflexos da gestão financeira das contas previdenciárias e a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	40	

necessidade da reforma da previdência social, no dia 17 de maio de 2017 às 9h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Item nº 193:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.597, de 2017, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “requer a realização de Audiência Pública, em 02 de maio de 2017, às 9 horas, no Plenário desta Casa, para debater questões referentes à falta de Unidades Educacionais no Residencial Paranoá Parque, na Região Administrativa do Paranoá- Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade solicitei o uso da palavra para pedir a inclusão da Moção nº 638, de que falei ainda há pouco, também no bloco de votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz uma solicitação e não entendi a resposta. Primeiro, que fossem lidas e, tendo *quorum*, que fossem incluídas na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado, a solicitação de V.Exa. foi acatada e foi feita a inclusão na Ordem do Dia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Incluo como item extrapauta o Requerimento nº 2.630, de 2017; bem como a Moção nº 638, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade é um questionamento: as moções são de qual item a qual item?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já lhe respondo, Deputado Delmasso. (Pausa.)

Respondendo o questionamento do Deputado Delmasso, do Item nº 181 ao Item nº 187.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, os Itens nºs 181, 182, 183, 184 e 185, salvo engano, são de convocações de secretário de Estado. É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não.

O Item nº 181 é voto de louvor; o Item nº 182 manifesta protesto à inércia do Governo Federal pela não convocação dos candidatos aprovados em concurso público; o Item nº 183, de autoria do Deputado Wasny de Roure, manifesta louvor e congratulação ao *Jornal de Brasília*; o Item nº 184, do Deputado Delmasso, manifesta votos de louvor e parabeniza a iniciativa do projeto Sessão Azul; Item nº 185, autoria do Deputado Wasny de Roure, manifesta apoio pela aprovação do PL nº 1.399; Item nº 186, de autoria do Deputado Julio Cesar, parabeniza Chancerley de Melo Santana; e Item nº 187, manifesta votos de louvor e parabeniza o enfermeiro do Distrito Federal pelo seu dia, da Deputada Celina Leão.

Ok? Tudo bem?

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. que incluísse na votação de hoje dois PDLs de minha autoria que estão na Ordem do Dia, o Item nº 179 e o Item nº 178. Na última votação, não foi possível votar os dois PDLs por causa da ausência de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa., mas iremos votar em bloco os PDLs também, Deputada Luzia de Paula. Ok?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só tive um requerimento lido, são dois requerimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. O outro requerimento não vai ser lido porque é de retirada. Esse que nós colocamos agora é de audiência e vai ser votado agora.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	42	

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria pedir o destaque ao Item nº 182. Eu já conversei inclusive com o autor da proposição para que ele fosse votado em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.630, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de Audiência Pública para a realização do debate sobre o PLC nº 106, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Avaliação Periódica de Desempenho de que trata o art. 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 638, de 2017, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta votos de louvor e regozijo a cada um dos policiais civis do Distrito Federal, relacionados em anexo, pelos relevantes serviços prestados a toda a população do Distrito Federal”.

Em discussão, em bloco, as moções e os requerimentos. (Pausa.)

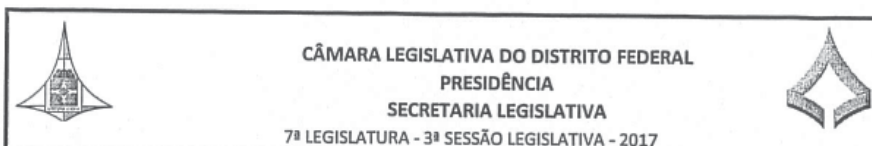
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em bloco.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

DATA: 25/04/2017

MOÇÕES Nº	623/2017; 629/2017; 630/2017; 631/2017; 632/2017; 634/2017; 638/2017
REQUER Nº	2.590/2017; 2.599/2017; 2.619/2017; 2.622/2017; 2.623/2017; 2.597/2017; 2.630/2017
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS
	TURNOS ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			15	0	0	9	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
15	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	43	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Bispo Renato Andrade: de “ausente” para “sim”.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e as moções.

Consulta aos Líderes se há acordo para votarmos os projetos de decreto legislativo, em bloco, pelo processo nominal.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi destaque de uma moção para ser votada em separado. Antes de votar os projetos de decreto legislativo, votemos essa moção.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A gente destacou a moção, e ela será votada em separado.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria entender item a item. Por exemplo, o Item nº 180 também será incluído? Se não for, peço para incluí-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ele será votado em bloco. O Item nº 180 está incluído.

DEPUTADO LIRA – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Passa-se à votação do Item nº 182, que foi destacado.

Item nº 182:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 628, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta protesto à inércia do Governo do Distrito Federal pela não convocação dos candidatos aprovados em concurso Público no certame de Educação Física da Secretaria de Educação do Distrito Federal realizado no ano de 2013”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 15 Deputados. Houve 4 abstenções: Deputada Luzia de Paula, Deputado Prof. Israel, Deputado Delmasso e Deputada Telma Rufino.

Havendo acordo, passaremos à apreciação em bloco dos próximos itens.

Item nº 176:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "concede o título de Cidadã Honorária de Brasília a atleta Paula Renat Marques Pequeno".

Item nº 177:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "Concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Mauro Pedroso Gonçalves".

Item nº 178:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao reverendíssimo senhor Frei Carlos".

Item nº 179:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2014, de autoria da Deputada Luzia de Paula e Wellington Luiz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor José Ribamar de Moraes Silva".

Item nº 180:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor S.E. Nelson Manuel Cosme".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Maurício de Campos Bastos".

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h		33ª SESSÃO ORDINÁRIA		45

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. ainda não estava quando fiz meu pronunciamento como Líder do nosso bloco, já que o Deputado Cláudio Abrantes me permitiu. Eu deixei aqui um pedido oral para que fosse levada à decisão da Mesa Diretora para que, na sexta-feira, esta Casa fechasse as portas para que todos os servidores e Deputados possam ir à Esplanada dos Ministérios apoiando a greve geral, já que vários trabalhadores brasileiros estão aqui em defesa dos diretos, contrários à reforma da Previdência. A proposta é que esta Casa feche na sexta-feira.

É isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Tribunal Regional do Trabalho da Bahia tomou uma decisão importante. Eles reuniram o Pleno do tribunal e decidiram, por voto dos desembargadores, que vão fechar o tribunal na sexta-feira. É uma decisão votada pelo tribunal. Então, a justiça do trabalho não irá funcionar na Bahia na sexta-feira. No caso da Câmara Legislativa, eu fiz a seguinte sugestão para os servidores do meu gabinete. Eles vão fazer uma assembleia amanhã, nove horas, na sala dois, e decidir a adesão deles à greve. Eu acho justo. É assembleia dos servidores do meu gabinete. Portanto, eles têm que ir lá, fazer um debate, do porquê da greve, da necessidade da greve e, ao final, votar e decide-se.

Portanto, Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu sou simpático à proposta de V.Exa., mas eu acho que seria interessante o SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, o sindicato dos servidores – não sei se já fez a assembleia –, se já decidiu pela greve, os servidores aderirem à greve. Eu acho que é o correto. Eu mesmo tenho ido a todas manifestações e vou estar lá na greve. Estarei lá, na linha de frente da greve, porque eu acho fundamental, importante.

Há uma coincidência muito grande nisso. Faz cem anos, Deputado Raimundo Ribeiro, que nós tivemos a primeira grande greve no Brasil. Portanto, comemorar os cem anos fazendo, quem sabe, a maior greve da nossa história.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Vale leu os nomes das entidades que aderiram dia 28. Naturalmente, se aderiram é porque houve deliberação – entre elas, o Sindilegis.

Então, o sindicato dos trabalhadores desta Casa e do Tribunal de Contas já deliberou. Eu, com todo o respeito...

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	46	

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Perdão, aqui é o SINDICAL – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, mas eu vi o atual Presidente fazendo a convocação. Eu não sei se foi feita a assembleia.

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não? Ah, então desculpem.

Desculpem, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Chico Vigilante. Eu me confundi. Aqui é o Sindical e não Sindilegis, que é lá do Congresso Nacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Perfeito, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a proposta. Eu acho que a sociedade brasileira tem que se manifestar mesmo, tem que se mobilizar, mas eu queria fazer um adendo à proposta que foi levantada pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu acho que a manifestação não pode ser apenas em relação à reforma da Previdência. Eu gostaria até de me comprometer a estar lá desde que a gente pudesse vir aqui para o Buriti para também protestar contra esse rapaz que está aí, porque não é possível que ninguém esteja vendo o mal que esse sujeito está fazendo à nossa cidade. Talvez, guardadas as devidas proporções, seja o mesmo mal que o Temer está fazendo.

Então, eu gostaria aqui de ouvir do Deputado Prof. Reginaldo Veras se S.Exa. aceita a sugestão de que a manifestação não seja apenas contra a reforma da Previdência, mas contra todo o festival de besteira que está sendo feito pelo Governador Rodrigo Sobral Rollemberg. Aí, conte com minha presença.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

Só desejo lembrar que estamos em discussão.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só desejo reforçar, Sr. Presidente, que o Deputado Wasny de Roure tem razão. O Sindical fez uma assembleia e chamou toda a categoria dos servidores para aderirem à greve.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente, Deputado Ricardo Vale. Nós achamos que há uma pluralidade nesta Casa, e vamos ter essa decisão com a Mesa. Vou chamar a Mesa para conversar sobre isso e, logicamente, vamos trabalhar na pluralidade. Está certo? Lembro ao Deputado Chico Leite que S.Exa. tem uma audiência pública na sexta-feira, e esse é um problema.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	47	

Nós estamos em discussão.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos agora votando as moções, não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. Estamos votando os PDLs – projetos de decreto legislativo. As moções nós votamos em bloco.

DEPUTADO JULIO CESAR – É que eles não incluíram três moções minhas, que foram lidas hoje: nº 635, nº 636 e nº 637.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Julio Cesar, não foi solicitada a inclusão.

DEPUTADO JULIO CESAR – Se V.Exa. pudesse incluí-las...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só um minuto. Nós estamos discutindo os PDLs. Quando terminarmos, faça o pedido, que eu acatarei.

DEPUTADO JULIO CESAR – Ok.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra porque estou com medo de cair o *quorum* para a votação dos projetos, e há um projeto meu que o Deputado Wellington Luiz tinha acatado – não sei se V.Exa. vai acatar –, o item nº 165, para votação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Será votado. Primeiro, temos projetos em primeiro turno. Logo em seguida, será o seu projeto, em segundo turno, que completa a pauta em segundo turno dos Deputados.

Em discussão os projetos de decreto legislativo. (Pausa.)

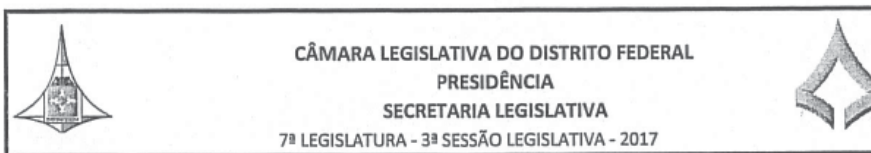
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 261/2014; 140/2016;

190/2013; 24/2015; 116/2016; 232/2016

DATA: 25/04/2017

AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS

TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE			1			
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			14	0	2	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
14	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA		48

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 8 ausências.

Estão aprovados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Dando continuidade, pelo acordo de Líderes, nós vamos votar...

Acato a solicitação do Deputado Julio Cesar e incluo na pauta as três moções a serem votadas.

Vamos iniciar votando os projetos em segundo turno, limpando a pauta, como já tinha sido acordado. Temos aqui quatro projetos para serem votados em segundo turno e, logo em seguida, entramos nos projetos de Deputados, em primeiro turno.

Deputado Wasny de Roure, a gente fez uma contagem de *quorum*. Temos 16 presentes. Podemos fazer a votação, pelo acordo de Líderes, do projeto da isenção de ICMS dos equipamentos de energia solar, autorizando o convênio, o Confaz?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vamos votar o item extrapauta, cumprindo o acordo de Líderes.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Eu não vou votar esse projeto, Deputado Joe Valle. Então, eu acho que não há *quorum* de 16. Não vou votar favoravelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, não há *quorum*.

Mas V.Exa. pode se abster, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Mas aí precisa de dezesseis.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – São dezesseis favoráveis. Está certo. Só quero lembrar que ontem nós discutimos isso no Colégio de Líderes e houve acordo lá. Então, significa que o acordo do Colégio de Líderes está rompido aqui. Só deixo isso claro porque nós pedimos aos Líderes que fizessem essa colocação e houve um acordo no Colégio de Líderes para que se votasse esse projeto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo respeito à opinião de V.Exa., eu entendo a Deputada Celina

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	49	

Leão. Eu não sei. É que S.Exa. pensa de maneira diferente. Isso é uma prerrogativa de S.Exa. Nada impede se acertar no Colégio de Líderes. O que existe é ausência de Deputados. Então, não entendo da forma como V.Exa. está dizendo: que há um rompimento do acordo de Líderes. Com todo respeito, acho que...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não é, Deputado. Então, se prevalecer isso, nenhum Deputado pode votar contra aquilo que o Colégio de Líderes acertou? Desculpe-me, não penso assim.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente, mas o Líder de um bloco acerta de acordo com as pessoas do bloco.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ah, foi acertado por V.Exa.?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Deputado Wellington Luiz não estava lá. Ele é o líder do bloco de V.Exa.?

DEPUTADA CELINA LEÃO – O que eu queria colocar? Essa questão dos liderados seguirem o líder nunca aconteceu no plenário. É uma dificuldade. Deveria até acontecer. Mas eu tenho muita preocupação em votar aqui qualquer tipo de projeto de renúncia fiscal. Todo dia se abre uma improbidade contra Deputado que está votando projeto de renúncia fiscal. Manda o Governador sentar com o Dr. Leonardo Bessa para conversar com ele, e depois a gente vota aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Mas essa foi uma discussão feita na Casa, Deputada Celina Leão. Eu só estou colocando que há uma posição do Colégio de Líderes. Só isso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu entendo a posição de V.Exa. e acho que V.Exa. está correto de colocar o projeto para ser votado. O que eu estou colocando é que eu tenho uma posição divergente, pessoal, de não votar nenhuma renúncia, até porque a gente já recebeu isso por escrito. Se for algo importante para Brasília, manda o Governo do Distrito Federal marcar uma audiência com o Ministério Público para discutir e depois a gente vem e vota, porque todos os dias os Deputados que estão votando tomam improbidade, o outro porque está falando na CPI.

Aqui é a Casa da maioria, ou esta Casa toma uma postura diante desse tipo de arbitrariedade que tem acontecido, ou a gente vai ficar sem votar, igual a gente está aqui, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu só estou colocando o seguinte, Deputada Celina Leão: está preservado o direito de V.Exa., só que foi rompido um acordo de Líderes, só isso. Essa que é a verdade, pois os Líderes estavam presentes e o Colégio de Líderes é feito para isso. Só estou fazendo essa colocação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
25 04 2017		15h		33ª SESSÃO ORDINÁRIA		50

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação a isso que foi colocado pela Deputada Celina Leão, o Líder do nosso Bloco é o Deputado Wellington Luiz, que, inclusive, logo após o acordo teve o cuidado de me telefonar para falar sobre o acordo que tinha sido celebrado.

A minha vontade é imensa de seguir a orientação do meu Líder, mas nós não podemos fechar os olhos para uma realidade que está acontecendo. Ou seja, salvo melhor juízo, no final do ano passado, dois Deputados desta Casa, se eu não me engano o Deputado Prof. Israel e o Deputado Agaciel Maia...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Esse é convênio de ICMS, não é?

Mas, de qualquer maneira, os Deputados estão sempre sujeitos a serem atacados por quem se julga superior a tudo. Isso é uma questão. Aí, eu entro para a minha questão pessoal: qualquer projeto de natureza econômica que tenha como origem o Governo Rodrigo Rollemberg, é recebido com suspeição. Eu o recebo com suspeição!

Aliás, conversamos há pouco naquela sala, quando V.Exa. me falou que o projeto vinha do Executivo, eu disse: "V.Exa. está em má companhia". Por quê? Porque ninguém pode confiar em um Governo que transforma trinta milhões de sobra orçamentária, como aconteceu em 2015, em uma operação policial – que foi o que aconteceu, todo mundo sabe disso, que esta Casa foi atacada.

Então, dentro dessa perspectiva, Sr. Presidente, é que eu me recuso a votar qualquer projeto que tenha conteúdo econômico e cuja origem seja do Poder Executivo, porque o Poder Executivo, no meu sentir, tem maus antecedentes.

Só isso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação ao Deputado Raimundo Ribeiro, porque uma das pessoas que tem sido bastante resistente sou eu. Se analisarem nossos votos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças quando eu lá estava, o Deputado mais cri-cri naquela Comissão em matéria de benefício fiscal era eu.

Eu estive no Ministério Público participando desse debate com os Promotores e tenho acompanhado as correspondências que eles têm mandado, realmente, é verdade. Mas, eu quero fazer uma ponderação, Deputado Raimundo Ribeiro, pelo respeito que tenho tanto a V.Exa. quanto à Deputada Celina Leão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	51	

Essa é uma matéria diferente porque o fórum aqui é o fórum do Secretário de Fazenda, é o CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária. Então, o Confaz é uma instância de Secretários da Fazenda, referendada pelo Ministério da Fazenda que, então, identifica... Tanto é verdade que aqui são vários Estados que já aderiram, e ao Distrito Federal é dada a oportunidade de aderir.

O que existe – e esse debate o ano passado eu fiz – é que ele não tinha a previsão na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Governo mandou o projeto, incluiu a previsão da desoneração que a Deputada Celina Leão fala, que é necessário pela legislação ser observada, e foi observada, o Governo fez a correção. Posteriormente, o que a assessoria está dizendo é que o Governo comeu mosca porque deveria dizer o prazo.

Então, Deputado Delmasso fez a emenda e esta tem que ser incorporada. Realmente, eu respeito a opinião dos colegas. Mas, o projeto já foi exaustivamente debatido, corrigido. Eu entendo que não há nesse caso aqui nenhuma dificuldade com o Ministério Público, com todo respeito às opiniões dos meus colegas, mas é o meu entendimento, Sr. Presidente.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de reafirmar a posição da bancada sobre o acordo do Colégio de Líderes no sentido de votarmos o projeto, mas, como não há *quorum*, sugiro que a sessão seja encerrada.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, corroborando o acordo feito no Colégio de Líderes, eu gostaria de deixar claro que este Projeto de Decreto Legislativo homologa um convênio feito no Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, que é composto por todos os Secretários de Fazenda dos estados e pelo Ministro da Fazenda. Para que seja aprovado um convênio no Confaz, Deputada Sandra Faraj, é preciso haver a unanimidade de todos os secretários, não é nem maioria. Então, esta é uma homologação do Conselho, em que todos os Secretários de Fazenda dos estados do País fizeram essa indicativa. Reforçando o que foi falado pelo Deputado Wasny de Roure, nós apresentamos uma emenda justamente estabelecendo os prazos, tanto de início como de vigência.

Obrigado.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	52	

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final dos Projetos de Decreto Legislativo aprovados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "concede o título de Cidadã Honorária de Brasília a atleta Paula Renat Marques Pequeno".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "Concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Mauro Pedroso Gonçalves".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao reverendíssimo senhor Frei Carlos".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2014, de autoria da Deputada Luzia de Paula e Wellington Luiz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor José Ribamar de Moraes Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2016, de autoria do Deputado Lira, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor S.E. Nelson Manuel Cosme".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Maurício de Campos Bastos".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu não sou da base do governo, mas acho que, se o governo tem base, ele deve colocar ela aqui para votar os projetos dele. Essa é lição básica, o a-b-c. Coloquem os Deputados para votar os projetos do governo. Não sou da base, mas estou aqui.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	53	

Outra questão que quero levantar para V.Exa. é sobre o cumprimento do Regimento desta Casa. A sessão está prevista para começar às 15 horas. Às 15h30min, se não houver *quorum*, é encerrada; se houver *quorum*, cada um só tem direito de falar cinco minutos. Sr. Presidente, o que está acontecendo é o seguinte: todo mundo aqui aprendeu a solicitar questão de ordem que nem é questão de ordem e não está baseada em ponto nenhum do Regimento. Falam quinze minutos em cima de uma questão de ordem. E o tempo vai andando, vai andando. Já são quase 18h30min e está aí o resultado.

A primeira sugestão que faria a V.Exa.: vamos sentar aqui às 15 horas, vamos cumprir o Regimento. Eu mesmo, que sou o mais falador, só me deixe falar os cinco minutos que me são devidos. Se eu falar mais, corte. E quem pedir questão de ordem aqui sem ser questão de ordem, peça para citar no Regimento. Não está? Não cabe questão de ordem, porque vamos votar e desencilacrar essa coisa. É o que mais V.Exa. quer e eu também. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, se V.Exa. tem acompanhado, todas as sessões estão sendo abertas às 15 horas em ponto com uma tolerância de trinta minutos. Todas, todas, todas, sem exceção. O que deve ficar claro é que este projeto passou em todas as comissões, terminativas e de mérito.

Eu gostaria de fazer um comunicado enquanto os Deputados estão aqui. Esse comunicado é importante porque, no dia 27 de abril, quinta-feira, daremos início à nova fase do Câmara em Movimento, que será na Estrutural. Solicito, portanto, a presença de todos. É um modelo diferenciado, todas as lideranças da Estrutural estarão presentes. Uma pauta já está sendo discutida com os chefes de gabinete de V.Exas. Convocamos a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo para, às 14h30min, votarmos todas as indicações relativas à Estrutural, para que possamos ter uma presença clara, adequada, concreta, real. Logo em seguida, vamos ficar durante seis meses visitando mensalmente a Estrutural, fazendo uma fiscalização dos dez pontos de pauta que serão apresentadas pelas lideranças lá na Estrutural. Eu gostaria de pedir isso a V.Exas. Será numa escola, será distribuído para todos o trânsito livre para que os Deputados cheguem nesse horário.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para dizer que, em respeito àquilo que combinamos no Colégio de Líderes, estou aqui em respeito a V.Exa. e aos Deputados. O PRB, na minha pessoa, está aqui cumprindo o acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 04 2017	15h	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Não havendo mais *quorum* para deliberações, declaro encerrada a presente sessão.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h12min.)